

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
ASCES / UNITA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

JEFFERSON CARVALHO SILVA LINO

**POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS: AVANÇOS, POSSIBILIDADES E
LIMITES, FRENTE À INFLUÊNCIA MUDIÁTICA**

CARUARU

2016

JEFFERSON CARVALHO SILVA LINO

**POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS: AVANÇOS, POSSIBILIDADES E
LIMITES, FRENTE À INFLUÊNCIA MUDIÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Marina Gondim.

CARUARU

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Presidente: Prof.^a. Marina Guimarães Gondim

Primeiro Avaliador

Segundo Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais dos quais me ensinaram a jamais desistir em meio às dificuldades, especialmente a minha mãe que sempre se mostrou forte, seu amor, cuidado, confiança e sua fé em Deus foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Sua fé e orações são o combustível para que eu permaneça de pé e que me tornasse um vencedor, obrigado por acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

A minha vida se resume em uma palavra: gratidão. Antes de tudo ao meu Deus, por sempre conduzir minha vida, me fortalecer e me levantar a cada vez que tropecei durante essa caminhada, a Ele toda honra e toda glória.

Para que esse sonho fosse possível tive ao meu lado as pessoas mais importantes da minha vida, uma mulher guerreira e de uma fé que não se pode medir que me mostrou em muitos momentos que me ama incondicionalmente, e que acredita em mim, acredita no meu potencial, Maria de Lourdes de Carvalho, minha mãe, você é minha inspiração para viver, eu dedico essa vitória a você que dedica todos os dias da sua vida a mim.

Neste processo também foi indispensável o apoio que encontrei na minha família para concretização dos meus sonhos e para que muitas batalhas fossem vencidas na vida, com uma gratidão imensa a Deus que dedico este momento também aos meus tios José Hildo e Maria Do Carmo de Carvalho, vocês fazem parte dessa história, e aos meus irmãos Josean Carvalho e Josy Carvalho, assim como também ao meu pai Cicero Lino, não poderia lhe esquecer, pois acredito que através da sua vida, Deus me ensinou muito.

Aos amigos Milka Raabe, Mirtis Souza, David Oliveira, Jefferson Soares e Lhaís Menezes, que acompanharam todo processo de formação, obrigado pelo carinho.

Não poderia esquecer de todo apoio que tive também dos meus companheiros de trabalho do Grupo ZDA (Bel Chocolates) Amanda Feliciano, Luiz Torres e Leosthenes Urquiza, em especial a Hosana Castro, pessoas que viram em mim, além do que eu mesmo conseguiria ver, acreditando e me incentivando a ser um vencedor.

Disse Albert Einstein “A tarefa essencial do professor é despertar a alegria de trabalhar e conhecer”. E foi o que aconteceu durante esses quatro anos, vocês conseguiram despertar em mim o desejo de beber todos os dias de uma fonte insaciável, contribuíram não só para minha formação acadêmica, mas para que nessa jornada que se chama vida eu me tornasse alguém melhor lutando e defendendo aquilo que acredito. Rosineide Gonçalves, Mircéia Saldanha, Flávia Clemente, Orlando Rabelo, Tereza Tabosa, Ana Paula Luna, Ilza Muniz, Eloá Risk,

Laudicena Barreto, e a minha querida Elba Ravane, como sempre te digo, você é um ser humano incrível, muito obrigado a todos/as pelo conhecimento compartilhado.

Em especial dedico este novo momento a Dra. Josinês Rabelo, que tem demonstrado ao longo desses anos seu amor, carinho e amizade, me dando sempre que possível sua atenção, força e um sorriso. Sua vida me serve de inspiração, seu profissionalismo mostra-me que caminho devo trilhar na vida.

Agradeço a você Fernanda Luma por tantas vezes me ouvir e aconselhar com seu jeito único, os projetos Cidadania não se Aposenta e In Dependência, serão sempre uma referência da minha jornada acadêmica sob sua orientação.

A professora e coordenadora do curso de Serviço Social Juliene Tenório, que com seu profissionalismo e imenso conhecimento me acompanhou nestes momentos de graduação.

As minhas supervisoras de campo de Estágio, Vanessa Natália e Mayara Arruda por me acolherem no Programa Atitude- Caruaru, compartilhando comigo suas experiências profissionais e uma rica oportunidade dentro do programa.

A todas as colegas do curso de Serviço Social ASCES-UNITA, que ao longo desses anos dividiram comigo momentos de tristeza e de muitas alegrias, em especial a Keila Cristina e Edineusa Josefa companheiras desta longa jornada.

De forma especial agradeço a você Jucélia Costa, por seu companheirismo e tantos momentos que dividimos juntos neste processo de formação, quero levar nossa amizade por toda vida e acredito que assim será.

Estendo esse momento de gratidão a Dra. Marina Guimarães Gondim, que foi fundamental neste processo de elaboração do TCC e conclusão de curso, serei eternamente grato pelo convívio, aprendizado, troca de experiências e conselhos que tive com você.

Por fim agradeço a todos/as os/as amigos/as e familiares que acompanharam este processo de amadurecimento e crescimento de um jovem negro e pobre que através de proposta de políticas públicas FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) pode chegar onde antes só seria um sonho distante, me sinto privilegiado por poder subir ao pódio da vida e me tornar um Assistente Social. Dedico essa vitória a milhões de brasileiros que lutam todos os dias pelos seus direitos, que vão à luta por

acreditarem que é possível um novo modelo de sociedade, com liberdade, democracia, igualdade e justiça social.

RESUMO

Este trabalho pretende refletir sobre os avanços, possibilidades e desafios da PNAD (Política Nacional sobre Drogas), a pesquisa busca responder qual a influência da mídia na Política Nacional sobre Drogas, no que se referem aos avanços, possibilidades e desafios, tendo em vista que a mídia pode se constituir como instrumento de manipulação e de influência social na contemporaneidade. A temática assume grande relevância nesta discussão por se tratar de uma das expressões da questão social, assim como uma problemática sempre presente em diversos contextos históricos, a fonte utilizada para pesquisa foi o site de notícias G1 do grupo Globo, uma vez que detém 38,7% do mercado, além de possuir revistas, jornais e rádios, participação sobre a mídia do país. Contudo o estudo possibilita compreender de que forma as notícias vinculadas através do site, se dirigem as drogas, usuários e o consumo destas, sendo possível ainda uma melhor compreensão sobre a situação problema e como socialmente é encarada, elucidando melhor seus conceitos e definições das substâncias psicoativas, traçando assim o breve histórico da PNAD, pontos que subsidiam a pesquisa, que concluiu que a de fato uma influência e falta de clareza por parte da mídia ao abordar questões relacionadas ao uso de substâncias psicoativas, além do uso de estereótipos e uma abordagem das drogas como casos de polícia e questão moral do indivíduo. A partir da explanação do estudo é possível afirmar que a PNAD tem muito a enfrentar e a mídia contribui de forma negativa para seus avanços.

PALAVRAS-CHAVES: Política Nacional sobre Drogas. Mídia. Usuário de Drogas.

ABSTRACT

This research intends to reflect on the advances, possibilities and challenges of the PNAD (National Policy on Drugs), the research seeks to answer the influence of the media in the National Policy on Drugs, in what refers to the advances, possibilities and challenges, considering that The media can be an instrument of manipulation and social influence in contemporary times. The topic is of great relevance in this discourse because it is one of the expressions of the social question, as well as a problem that is always present in several historical contexts. The source used for research was the G1 news site of the Globo group, since it has 38, 7% of the market, besides owning magazines, newspapers and radios, participation on the media of the country. However, the study makes it possible to understand how the news linked through the site is directed at the drugs, users and their consumption. It is also possible to better understand the problem situation and how it is socially perceived, elucidating its concepts and definitions of substances Psychoactive, thus tracing the brief history of the PNAD, which subsidizes research, which concluded that in fact an influence and lack of clarity on the part of the media when addressing issues related to the use of psychoactive substances, besides the use of stereotypes and an approach Of drugs as police cases and moral issue of the individual. From the explanation of the study it is possible to affirm that the PNAD has much to face and the media contributes in a negative way to its advances.

KEYWORDS: National Policy on Drugs. Media. Drug user.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONAD	Conselho Nacional Sobre Drogas
CONFEN	Conselho Federal de Entorpecentes
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
HIV	Human Immunodeficiency Vírus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OBID	Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
PTTs	Programa de Troca de Seringas
RD	Redução de Danos
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SNC	Sistema Nervoso Central
SPA	Substâncias Psicoativas
UNA-SUS	Universidade Aberta do Sus/ Sistema Único de Saúde
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Militares foram presos transportando três toneladas de maconha.....	60
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Os gráficos abaixo apontam os assuntos mais abordados nos anos de 2010 dentro da temática central da nossa discussão..... **55**
- Gráfico 2.** Gráfico representa os temas abordados no ano de 2016 sobre a temática central do nosso tema..... **55**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Matérias encontradas de acordo com as bases de dados e descritores.....	53
Tabela 2.	Matérias encontradas de acordo com as bases de dados e descritores.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS DROGAS NA HUMANIDADE	19
2.1 Drogas: conceitos e definições	199
2.2 Os Primeiros Relatos do Uso de Substâncias Psicoativas na Humanidade	25
2.3 Drogas, Culturas e Contextos	27
2.4 O Consumo de Drogas como uma Problemática Contemporânea	32
3. A POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS	36
3.1 Breve histórico da Política de Drogas na sociedade Brasileira	36
3.2 Os princípios e fundamentos da PNAD (Política Nacional sobre Drogas)	42
3.3 Diretrizes e Objetivos da PNAD (Política Nacional Sobre Drogas)	45
3.4 Possibilidades e Desafios para a Política Nacional de Drogas no Contexto de Crise Econômica e Política no Brasil	47
4. MÍDIA, FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO OU DE DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS	51
4.1 Metodologia da Pesquisa: A Opção Teórico-Crítica	51
4.2 Fontes da Pesquisa	52
4.3 A MÍDIA FRENTE À PROBLEMÁTICA DAS DROGAS	56
4.4 Mídia e Questão Social: Uma Relação Possível	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	71

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar a Política de Drogas no Brasil, seus avanços e suas possibilidades assim como os desafios a serem enfrentados na contemporaneidade, partindo da identificação sobre a influência exercida pela mídia nesta temática. O estudo sobre o tema “drogas” é de extrema relevância uma vez que o uso dessas substâncias tornou-se um problema de saúde pública com graves consequências sociais.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas de 2015 da UNODC, (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes) enfatiza que o consumo de drogas ilícitas no mundo permanece estável, os números de pessoas que usaram drogas representam 246 milhões em todo mundo, entre a faixa etária dos 15 aos 64 anos de idade, números que correspondem a 5% da população mundial que consome algum tipo de droga, seja álcool, tabaco, maconha, crack, anfetaminas, cocaína, LSD, esteroides, anabolizantes, benzodiazepínicos, opiáceos que é mais conhecida pela heroína e morfina codeína. Um crescimento que chama a atenção para uma problemática que a cada ano toma maior proporção.

O relatório também aponta que cerca de 10% dos adolescentes fazem uso regular, e em análise mundial, estima-se que 1 milhão de pessoas fazem uso da maconha. Em contradição ao resultado de estabilidade mundial sobre o consumo de drogas, o Brasil tem alavancado seu consumo de forma preocupante, sendo a maconha a droga mais consumida no país. O consumo de drogas cresceu mais de 30% nos últimos anos, mais precisamente de 2002 a 2007, um crescimento que está diretamente ligado ao mercado que fatura UU\$ 5 bilhões de dólares por ano. Com base nestes dados podemos considerar que as drogas trazem consequências inúmeras, dentre elas: oportunidades destruídas, vínculos rompidos, vítimas da violência e de homicídios, tráfico, enfermidades e custos ao Estado. “*As drogas são uma ponte para degradação da sociedade, são como o cupim que corrói as vigas de madeira de uma casa*”, afirma Rastelli. (2009, s/p.) o uso das drogas desperta cada vez mais a atenção, não só pelo crescente avanço entre as diferentes camadas sociais, mas pela degradação causada, onde na maioria dos casos causa danos irreparáveis.

Nesse sentido, a temática trata-se de uma das expressões da questão social em evidência mundial, despertando o interesse face aos seus desdobramentos na realidade. Tornando-se assim um problema de saúde pública que produz consequências para a sociedade de forma geral.

O interesse por estudar a temática relacionada à drogadição surgiu no contato com os campos dos estágios curriculares, no Programa Atitude (Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares) nas modalidades, Atitude nas Ruas e Centro de Acolhimento e Apoio- CAA. Levando em consideração que o estágio além de possibilitar um contato amplo com a prática profissional, também possibilitou um contato com outros profissionais de diversas áreas, com a política de assistência e usuários do serviço.

Contudo, buscamos identificar a relação entre os avanços, possibilidades e limites da Política Nacional sobre Drogas, frente à influência exercida pela mídia, se tem contribuído de fato para seus avanços ou não. Todavia é importante compreendermos por mídia as formas de comunicação, que surgem através de ferramentas usadas para transmissão de informação ou dados, estão inclusos neste grupo: internet, televisão, cinema, rádio, jornal, revista, teatro, dança e imprensa. (EVEF, 2016).

Além disso, a mídia é um importante meio de informação, ela constitui fatores fundamentais neste processo, principalmente quando não se há uma busca por outras fontes de informações para além dos meios de comunicação sobre os temas de interesse social, a exemplo das drogas. O autor Cotrim et. al (2003) considera que a mídia tem um papel fundamental no distanciamento e marginalização da temática, praticando a distorção e a lacunosidade das informações, que será capitado pelo ouvinte, leitor e telespectador como única verdade. Algo muito presente quando se refere as “drogas” abordando três principais assuntos: o tráfico, as drogas ilícitas e a dependência.

Trafico, drogas ilícitas e dependência, estas não podem ser consideradas pontos irrelevantes, porém não se pode limitar informações diante da dimensão da temática na sociedade, a forma pela qual se aborda muitas vezes o assunto, com caráter sensacionalista e alarmista, podendo-se destacar também formas pejorativas e preconceituosas. Acaba distanciando a sociedade da temática, pelo conceito marginalizado que constrói-se. (IMESC, 2016).

Entende-se também que mídia pode ser uma ferramenta que influencia no consumo de drogas lícitas e ilícitas, comerciais de cerveja e outras bebidas alcoólicas são ferramentas que funcionam para impulsionar diversas faixas etárias a consumirem, atraídos pelo grande marketing que utiliza a moça de biquíni, os jogos de futebol, entre outras ferramentas para alavancar suas vendas.

Outra função que a mídia pode ter neste contexto é que pode ser considerada uma ferramenta utilizada na prevenção e na redução das demandas e dos danos causados pelas drogas, como também no fortalecimento da Política Nacional de Drogas, que pode ser considerada um avanço em relação às políticas públicas voltadas para este tema, tanto pela forma como foi avaliada, quanto elaborada. No Brasil a participação da sociedade civil junto ao poder público que atuou como articulador neste processo possibilitando um olhar mais amplo sobre uma demanda crescente, além da metodologia proposta e abrangente.

Segundo Felix:

Foram considerados os contextos regional, nacional e internacional. O avanço da ciência, as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas pelas quais o país e o mundo passaram também foram foco da discussão. (FELIX, 2010, p.09).

Por meio de Seminários e fóruns, no ano de 2010 foi realizada a reformulação da PNAD, onde foram discutidos assuntos que debatiam os seguintes tópicos: Pressupostos Básicos da PNAD, Prevenção, Tratamento, Recuperação Social e Reinserção Social, Redução de Danos sociais e da saúde, Redução de oferta, Repressão, Estudos e Pesquisas e Avaliação. Após as oficinas, que tiveram como princípio o que se havia discutido no Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas e das considerações dos Fóruns Regionais, prosseguiu-se então para o Fórum Nacional de Drogas, onde foi apresentada ao CONAD (Conselho Nacional Antidrogas) sendo assim aprovado, segundo Felix (2010, p.10). Foi sobre esse processo democrático e de participação da sociedade, com a colaboração de diversos setores e estado que a política foi realinhada.

Nessa direção, a pesquisa tem como questão central: Quais os avanços, possibilidades e limites da Política Nacional de Drogas frente à influência midiática? O pressuposto da pesquisa remete que haja uma determinada influência do setor midiático sobre a PNAD, assim como a forma que a sociedade encara a temática,

reproduzindo e fortalecendo paradigmas e dificultando o processo de avanço da mesma.

Conseqüentemente o objetivo desta pesquisa compoñha-se sobre a compreensão sobre a forma pela qual a mídia tem contribuído com o fortalecimento ou desconstrução da Política Nacional de Drogas na sociedade contemporânea. No que se refere aos objetivos específicos deste projeto estão:

- ✓ Analisar os fundamentos da Política Nacional sobre Drogas;
- ✓ Compreender como a Política Nacional sobre Drogas tem contribuído para efetivação e cumprimento dos direitos garantidos por lei aos usuários de álcool e outras drogas;
- ✓ Identificar o posicionamento da mídia sobre as drogas, usuários e mais especificamente sobre a Política Nacional sobre Drogas;
- ✓ Entender de que forma a mídia tem influenciado nos avanços e retrocessos da Política Nacional sobre Drogas.

A metodologia utilizada para esta pesquisa é de caráter qualitativo, apontada por Gerhardt e Silvera (2009) por procedimentos que buscam compressão de grupos ou organizações sociais e não numéricas, os autores ainda ressaltam que a pesquisa bibliográfica, outro procedimento utilizado nesta pesquisa, foi feito por levantamentos de referências teóricas, publicadas em escritos e eletrônicos. Assim para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário à utilização da etnografia virtual, procedimento que se dá a partir de buscas realizadas em websites e blog.

Dessa forma o presente trabalho de conclusão de curso está dividido em 3 tópicos principais, são eles:

O Segundo tópico “O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS DROGAS NA HUMANIDADE” apresenta os primeiros relatos de uso das substâncias psicoativas e suas relações com a questão cultural e social cada determinando momento da sociedade, assim como os conceitos e definições das drogas na humanidade e ressalta o uso delas como uma problemática da contemporaneidade.

No Terceiro tópico “A POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS” é realizado um breve percurso sobre o contexto histórico, contendo as primeiras medidas tomadas enquanto respostas a demanda conseqüentes das drogas, reportando-se para o surgimento da PNAD na sociedade

brasileira, seus princípios, fundamentos, diretrizes e objetivos no enfrentamento da oferta e demanda das drogas no Brasil.

Já no Quarto e último tópico intitulado “MÍDIA, FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO OU DE DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS” traça o percurso dado a todo procedimento metodológico utilizado para elaboração da pesquisa, explanado assim análise de dados e os resultados obtidos por meio da pesquisa. Em seguida aborda-se sobre a Mídia, se de fato é uma ferramenta que fortalece ou não os avanços da Política Nacional sobre Drogas e sua relação com a questão social, na sequência é realizado fechamento de toda a discussão, apresentando assim as considerações finais do presente projeto de pesquisa.

2. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS DROGAS NA HUMANIDADE

2.1 Drogas: conceitos e definições

O consumo de drogas não se trata de uma descoberta recente na humanidade, estar presente em períodos remotos, a temática “drogas” é de grande relevância por se tratar de umas das expressões da questão social presente pondo-se de forma preocupante na contemporaneidade. Abordar sobre “drogas” significa tratar de um tema amplo e que exige antes de tudo divergência entre si, tornando-se socialmente um tema cheio de interpretações.

Fonte (2016) destaca que a OMS (Organização Mundial de Saúde) traz a definição de droga “*toda substância que pela sua natureza química, afeta a estrutura e funcionamento do organismo.*” Essas substâncias tem a capacidade de causar modificações no nosso organismo, com alterações comportamentais e fisiológicas, ou seja, mudanças físicas ou bioquímicas no organismo vivo.

De acordo com Bandeira (2014, *Apud.* HYGINO; GARCIA, 2003) apesar dessa definição ser correta, se não acrescentada por um entendimento histórico social não é suficiente. Na concepção das autoras a droga não deve ser apreendida enquanto entorpecente que cause efeitos específicos no corpo biológico, à droga deve ser vista como algo que atende uma necessidade psíquica e social do indivíduo.

Além das definições apresentadas ainda é possível encontrar outras com pequenas ou amplas modificações, porém com os mais variáveis posicionamentos e estudos, que trazem conceitos e definições sobre o uso das “Drogas” buscando responder o que de fato é a droga e o seu uso. O site antidrogas define que droga é toda substância natural ou sintética que quando introduzida no organismo causa modificação nas suas funções, ainda segundo Jervis (1977, p.107, *Apud.* FERNANDES, 1997, p.08) a definição de drogas é bem mais extensa da dimensão química e farmacológica que é dada as demais substâncias, para eles, drogas é todo conjunto de substâncias químicas introduzidas voluntariamente no organismo

com fins de modificar as condições psíquicas, enquanto tal, criando facilmente condições de dependência no indivíduo.

Outro ponto importante na discussão desse tema é acerca da dependência que torna-se possível, por meio da alteração cerebral (neurobiológica) que é provocada pelo uso prolongado de substâncias de abuso no encéfalo (responsável pelo controle do organismo) outros fatores devem ser considerados ao se tratar a dependência, não somente o uso, mesmo que contínuo, mas aspectos sociais, educacionais, econômicos, comportamentais, genéticos e ambientais devem ser considerados nesta relação entre sujeito e droga (SENAD, 2016, p.14) nenhum indivíduo ao contrário do que se julga, torna-se dependente simplesmente por usar algum tipo de substância psicoativa, porém os fatores levantados acima são de grande relevância no processo de dependência, viabilizando ou não.

A necessidade de consumir a droga pode ser conhecida por *craving*, e popularmente conhecida por fissura, principalmente pelos usuários, termo que causa muita controversa entre pesquisadores, alguns acreditam que o desejo é responsável pela vontade de experimentar os efeitos causados pela droga (ARAÚJO, 2008, p.58). O desejo pelo consumo causa muitas reações ao usuário, reações que se relacionam diretamente com a abstinência que sentem pela falta da substância.

A língua portuguesa define por vontade a “*Capacidade individual de escolher ou desejar aquilo que bem entende; faculdade de fazer ou não fazer determinadas ações*”. (DICIO, 2016). Tratar a dependência como uma questão de vontade ou escolha do indivíduo, é desconsiderar que se trata na verdade de uma doença e conseqüentemente de um problema de saúde pública, que independe da escolha do usuário, além de que outros fatores podem ser contribuir nos dados apresentados. Dessa maneira, a vontade também pode representar algo que breve passará, e já não existe, sem causar dano algum, nem social, nem psíquico ao indivíduo.

Promover a ampliação de informações sobre a dependência química pode fortalecer a política direcionada a está temática, assim como ajudar a desmistificar os conceitos errôneos que ainda prevalecem nos dias atuais. A dependência química já foi tratada como uma questão de moral do indivíduo, com caráter ofensivo, reforçando a ideia de marginalização, malandragem e fraqueza, eram essas atribuições dadas aos casos. (DETONI, 2011, p.79) Além do uso de termos pejorativos denotando a desaprovação de ordem social que possui a relação sujeito

e droga, os termos que são usados, possuem uma carga negativa na vida dos/as dependentes químicos. Sendo usados estereótipos como: drogado, cheira cola, maconheiro, marginal, viciado, trombadinha e vício.

Quando acontece a reprodução de tais termos fortalecem os estereótipos que geram os preconceitos existentes na sociedade, que é usado para classificar os usuários e dependentes de droga. Conforme afirma Detoni (2011) muitos termos foram excluídos do vocabulário médico na década de 1990, por apresentarem uma forte conotação de preconceito e discriminação. Entretanto apesar de estarmos 16 anos após a exclusão destes termos, eles ainda são muito presentes na sociedade contemporânea, usados pela população e por profissionais ao se referirem aos dependentes químicos e usuários.

Existe uma associação equivocada, por parte da sociedade e inclusive de muitos profissionais de saúde, de que o usuário é “fraco”, “sem força de vontade”, “mau caráter” ou que o uso e a dependência são “problemas sem solução”. (SUPERA, 2016, p.33).

A elucidação entre a dependência e vício, é um ponto muito importante no processo para romper com estigmas, uma vez que o termo “vício” é utilizado com frequência, estes são termos distintos e quando usados por profissionais podem atrapalhar no processo de atendimento ao usuário, ao ter a percepção que estar sendo tratado de forma preconceituosa e estigmatizado, ele se torna consciente de uma imagem negativa que é dada a ele pela relação que o tem com a droga, algo que dificulta ainda mais o tratamento e conseqüentemente o agravamento do quadro conforme Silveira, et al.(2014):

O termo Estigma ou Estigma Público pode ser definido como uma marca física ou social de conotação negativa ou que leva o portador dessa “marca” a ser marginalizado ou excluído de algumas situações sociais. Muitas condições de saúde, dentre elas a dependência de álcool e de outras substâncias. (SENAD, 2016, p.32).

Ainda segundo Silveira, 2014, quando é estigmatizado o usuário de drogas evita buscar ajuda o que caracteriza idas e vindas de serviços de saúde, além de ter impactos na autoestima e baixa auto eficácia interferindo nos objetivos que o mesmo tem para sua vida, todo esse sistema de silenciamento acontece por se tratar de um atendimento discriminatório e desumanizado.

“O estigma internalizado é um processo subjetivo que faz com que o usuário de drogas tente esconder a sua condição dos outros para que consiga evitar as experiências de discriminação.” (SILVEIRA, et. al., 2014, p.11).

O termo vício pode ser associado ao pacote da estigmatização do indivíduo, por soar de forma pejorativa, o que difere vício da dependência é segundo o site Sossobriedade que o vício tem características de mau hábito ao contrário de quando utilizamos o termo dependência que se caracteriza por ser uma necessidade compulsiva em relação à droga, a dependência é responsável por levar ao uso de uma substância química contínua ou periódica na busca de satisfazer o desejo do usuário. (SOS SOBRIEDADE, 2016).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define que a dependência trata-se do; “Estado caracterizado pelo uso descontrolado de uma ou mais substâncias químicas psicoativas com repercussões negativas em uma ou mais áreas da vida do indivíduo”. (QUIMICAMT, 2016) O considerando uma doença, porém a reprodução pejorativa ainda é muito forte e mesmo estando em pleno século XXI, é bem verdade que há mitos, tabus, dúvidas e controvérsias relacionadas à temática.

São inúmeros os dilemas relacionados ao universo das drogas, temos como exemplos cotidianos que “todo usuário é violento ou envolvido com crime”, que o “usuário de maconha será em breve usuário de crack”, que quem “bebe socialmente tem menos chance de ser alcoólatra”, as “drogas naturais” não causam danos a saúde e etc.

São dúvidas do que se caracteriza como droga ou não, se anticolinérgicos, barbitúricos, esteroides e anabolizantes são de fato drogas, além da descaracterização do álcool e do cigarro como droga. As drogas estão muito mais presentes nas nossas vidas do que possamos imaginar. Nicastre afirma que tratar de SPA (Substâncias Psicoativas) não significa tratar de algo bom ou ruim, há muitas finalidades dadas a algumas substâncias, como no caso dos medicamentos, que possuem fins benéficos para o organismo humano, contraponto com os venenos e tóxicos, e com as reações causadas por outras substâncias. (NICASTRE, 2006, p.16).

A classificação das drogas no Brasil pode ser vista do ponto lícito e ilícito, as substâncias lícitas são aquelas liberadas para venda e consumo, o que não significa que não tenha restrições, no caso álcool e cigarro são exemplos de substâncias que são liberadas, porém com restrições, a comercialização de bebidas alcoólicas no

Brasil, tem a proibição da venda para menores de 18 anos, sendo prevista na Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015.

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: **LEI Nº 13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2015.**

Conforme Pechansky e et. al (2004) o álcool é a droga mais consumida pelos jovens, esse consumo além de crescente tem se tornado cada vez mais cedo, algo que preocupa por aumentar o risco de dependência dessa faixa etária, ainda segundo os pesquisadores esses fatores possibilitam o crescimento de outros riscos, que são o envolvimento em acidentes, gravidez na adolescência, violência das demais formas, queda do desempenho escolar, dificuldades de aprendizados, além de prejuízo no desenvolvimento que estão relacionadas as habilidades cognitivos-comportamentais e emocionais dos jovens.

Mesmo com a restrição da lei sobre a venda de bebida alcoólica para menores, o consumo é quase que comum, por não haver uma fiscalização maior, esse consumo se dá em ambiente domiciliar, festas e ambientes públicos algo que representa uma atitude paradoxal conforme Pechansky e et. al. (2004) que ao mesmo tempo onde condena e proíbe a venda, investe fortemente em publicidade estimulando o consumo não só de jovens, assim como também de adultos.

Das mensagens que o CONAR resolve que deverão fazer parte obrigatória das cláusulas de advertência nos comerciais, apenas uma é explicitamente voltada a informar que o consumo não se destina a crianças ou adolescentes ("ESTE PRODUTO É DESTINADO A ADULTOS"). (PECHANSKY et. al., 2004)

O cigarro por sua vez, também possui algumas restrições nas suas campanhas publicitárias e em sua comercialização. A Lei nº 9.294¹, restringe a propagação dos produtos fumíferos que são derivados do tabaco. "*Segundo a Organização Mundial de Saúde, o tabagismo é responsável pela morte de 4 milhões de pessoas por ano no mundo. No Brasil, estima-se que o cigarro provoque 80.000 óbitos anuais*".(DETONI, 2011, p.26).

¹ O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O que se torna irônico dentro destas informações é que mesmo com um número altíssimo de mortes causadas pelo cigarro, ele é considerado umas das causas potencialmente evitáveis de morte.

O que podemos compreender é que o fato de ser lícito, não significa que seja inofensivo à saúde, e que não traga e nem cause males sociais, o tabaco, álcool, cafeína, esteroides anabolizantes, são drogas lícitas, porém causam danos a nossa saúde. Infelizmente muitas pessoas compreendem os males que essas substâncias podem trazer, contudo não conseguem se ver livres delas, pois já se tornaram dependentes, sofrem com a abstinência quem tem como sintomas; náuseas, cólicas intestinais, lacrimejamento, corrimento nasal, câimbra, vômito e diarreia. (NICASTRI, 2006, p.22).

As reações causadas pelas drogas são diversas, tanto no aspecto físico como social para o indivíduo. *“O cigarro e o álcool, são considerados drogas de passagem, que podem fazer com que os adolescentes iniciem no uso abusivo de outras substâncias, como a maconha.”* (DETONI, 2011, p.25). Por iniciarem muito cedo, o organismo acaba se tornando tolerante ao consumo e exige cada vez mais a droga. Já o problema na relação com as drogas ilícitas é a repercussão negativa e os mitos que são gerados em torno delas, neste pacote é incluso o usuário repercutindo negativamente para o mesmo, que paga um preço caro demais pelo posicionamento repreensivo, estigmatizado e discriminatório de uma cultura que trata a problemática como questão de caráter e moral, punindo e não cuidando.

“O grande problema dessa “demonização” das drogas ilícitas é o seu reflexo no usuário, que vai se “demonizando” junto com o produto e passa a ser visto, ele próprio, como uma pessoa má.” (SUPERA, 2016, p. 37) é extremamente difícil para o mesmo buscar por ajuda, quando se pensa sobre o preconceito que irá vivenciar em uma sociedade que oprime e exclui aqueles que o julgam “diferentes”.

É possível classificar as drogas no aspecto didático, baseando-se nas ações sobre o Sistema Nervoso Central (SNC) atuando sobre nossa maneira de agir, pensar e até mesmo sentir, Nicastri (2011) explica que essa classificação possibilita a análise de modificações observáveis no comportamento ou nas atividades mentais de quem utiliza a substância, se dividem em ter grupos de acordo com as alterações que produzem.

Os grupos existentes classificam-se como: Depressoras, Estimulantes e Perturbadoras. As drogas Depressoras, variáveis em seu número de drogas, porém

com características comum, diminuindo as atividades do SNC, fazem parte desse grupo; Álcool, Benzodiazepínicos (tranquilizantes ou calmantes) barbitúricos (soníferos) Opiáceos, Inalantes. Conseqüentemente afetam a atividade motora, assim como a reatividade, dor e ansiedade, outros efeitos comuns são o surgimento da euforia seguida por sonolência.

O segundo grupo que é composto pelos estimulantes do sistema nervoso central, possuindo a capacidade de aumentar a atividade cerebral, isso faz com que o usuário permaneça em estado de atenção, aceleração dos pensamentos e os deixando eufóricos, com sono reduzido. São exemplos destes estimulantes a cocaína, cigarro de tabaco (nicotina), cola, cafeína e o crystal derivados da anfetamina, além da redução do apetite deixando o usuário ligado.

O último grupo desta classificação é o grupo das drogas perturbadoras, essas drogas são responsáveis por gerar delírios, alucinações e ilusões se manifestando no campo visual perturbando a fisiologia do cérebro. São estas a maconha, LSD, cogumelos do gênero psicolocibe, ectasy e entre outras.

Os efeitos dependem basicamente de três fatores: da droga, do usuário e do meio ambiente. Cada tipo de droga, com suas características químicas, tende a produzir efeitos diferentes no organismo. A forma como uma substância é utilizada, assim como a quantidade consumida e o seu grau de pureza, também terão influência no efeito. (BRASIL, 2013, p.9)

Ao contrário do que se imagina, a busca dos efeitos que as drogas podem proporcionar, são diversos, induzindo e viabilizando o uso dessas substâncias entre eles estão: a imagem ou ideias a respeito das drogas, características de personalidades, o uso de substâncias por familiares ou amigos assim por diante. (NICASTRI, 2011, p.34). É atribuída ao usuário uma culpa sem ser ponderado nenhum dos elementos citados a cima, o contexto socioeconômico, histórico e cultural deve ser pensado e considerado como fatores que contribuem para uso e dependência de substâncias psicoativas.

2.2 Os Primeiros Relatos do Uso de Substâncias Psicoativas na Humanidade

A problemática do uso das drogas na humanidade é algo mais antigo do que se possa imaginar, não se pode afirmar data ou um tempo específico, toda via em diferentes contextos históricos elas se apresentam de formas diferenciadas, na

realização de rituais, festas e cultos, com o desejo de alcançar a transcendência, busca pela cura, o fim das dores e usos medicinais, além da alimentação de sonhos, e a necessidade da paz, o humor e a excitação sexual. (GOMES, 2012).

Pratta e Santos (2006) afirmam que a utilização de substâncias psicoativas (termo utilizado na atualidade) no percurso da história da humanidade, de fato é algo milenar e universal, não se trata de uma exclusividade do século presente, é confundível com a própria história humana, e é um consumo que sempre existiu, percorrendo por culturas, crenças e religiões.

Tratada na atualidade como uma das expressões da questão social, podemos identificar que os confrontos com “as drogas” nem sempre foram vistos como problemas; sua apresentação de forma histórica é que as drogas tiveram utilizações diversas e seu consumo se deu pelos seis continentes, entre os diferentes povos, etnias e culturas, nativos, escravos e reis, nobres e plebeus, pobres e ricos, não se pode fazer uma distinção de classe ou etnia, é bem verdade que ela estar presente nas mais diversas páginas da história e da condição humana.

Há uma enorme variação de formas pelas quais as drogas já foram utilizadas na humanidade, ainda conforme Pratta e Santos (2006) de forma medicinal se utilizou na busca pelos prazeres, dos quais o homem necessitava, assim bem como razões ligadas a mente ou psicológicas, além desses meios, seu consumo estava relacionado ao misticismo e climatológicos, outro motivo de seu uso era a busca do indivíduo pela transcendência², buscando sempre por mais poder, sendo ele espiritual ou material, nas alterações de ânimos e consciência.

Nas drogas também era possível encontrar um estimulante, para a força braçal de trabalho, e a coragem para as batalhas daqueles que almejassem a honra das vitórias pessoais ou coletivas. Pratta e Santo (2006) ainda destacam que as substâncias psicoativas sempre estiveram presentes nos mais diversos contextos históricos, porém um fato que chama nossa atenção é a sua relação com a busca pelo prazer e poder com o qual o homem a usa, além de desejar findar seu sofrimento.

² A **Transcendência** é fazer um caminho ou percurso para o mais além do meu eu humano; é viajar pelo saber das outras realidades que nunca tinha passado pela mente do próprio sujeito em estudo, mas para o seu objeto, isto é, a realidade do que está a ser estudada; é descobrir aquilo que era o desconhecido; é largar-se do meu egocentrismo para conviver com os outros; é dar a vida para outra pessoa, e por aí fora. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/transcend%C3%Aancia/>>. Acesso em: 07 de Setembro de 2016.

Segundo os autores é considerável que os hábitos e a cultura de cada sociedade definiram muito o uso das substâncias, estando relacionada às cerimônias fúnebres, religiosas ou festivas, algo que estaria restrito a grupos pequenos. Cada sociedade tem sua devida influência para seus mais diversos comportamentos e usos, os escritos aqui já apresentados demonstram muito que as presenças das drogas estão registradas na humanidade para além do que ela mesma imagina.

2.3 Drogas, Culturas e Contextos

O que hoje se julga como desvio de conduta, já foi observado de outras formas por diversas civilizações, povos e etnias, por exemplo: “Os gregos da antiguidade nos legam um conceito muito exemplificativo do que é a droga. Trata-se da palavra *phármakon*.”. Segundo Vargas (2011) esta palavra designa a duplicidade desta substância, no que se refere aos seus efeitos sobre a cura de doenças, assim como uma substância venenosa.

Nota-se, que a expressão *phármakon* não se refere substâncias inócuas e nem a substâncias puramente venenosas. Ela designa um composto que naturalmente congrega em si potencial de cura ou de ameaça. O que faz *phármakon* assumir um ou outro efeito no organismo é a proporção de sua dose que pode ser curativa ou mortífera. (VARGAS, 2011, p.03).

Para Vargas (2011, *apud*. XIBERRAS, 1989) contextualizando para as drogas na atualidade, toda substância psicotrópica possuem a potencialidade em si e o poder de duplicar as capacidades humanas, fomentando as sensações caracterizadas através da euforia ou disforia³. Como um resultado de um uso intenso, quando o mesmo já não possui controle sobre o uso, os efeitos se mostram inversos, saindo do lugar de remédio para veneno.

Mesmo com essa dualidade dos efeitos causados no organismo vivo pelas drogas, podem-se encontrar registros de seus usos por diferentes épocas e contextos, Conforme Gomes (2012) os egípcios utilizavam bebidas alcoólicas (vinho e cerveja) como forma de tratar enumeras doenças, medida de amenizar a dor e um

3 Disforia é uma mudança repentina e transitória do estado de ânimo, tais como sentimentos de tristeza, pena, angústia. É um mal estar psíquico acompanhado por sentimentos depressivos, tristeza, melancolia e pessimismo. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/disforia/> Acesso em 08 de Setembro de 2016.

meio abortivo, já o ópio foi usado entre gregos e árabes com fins medicinais e uma forma de aliviar a dor se tornando um analgésico.

Outra droga bastante usada por tribos de índios do México em rituais religiosos era os cogumelos que induziam a alucinações. Os gregos e romanos por sua vez, também utilizavam o álcool em festividades tanto sociais quanto religiosas, uso do qual se estende até os dias atuais, em cerimônias católicas como também protestantes entre outras religiões.

Uma droga bastante conhecida e comercializada é a maconha que possui uma história na humanidade, classifica-se no grupo das *Cannabis sativa*, que são as drogas mais consumidas no mundo inteiro, originária da Ásia Central, é consumida há mais de 10 mil anos, de acordo com estudo realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) 140 milhões de pessoas de todos os continentes são adeptos da *cannabis*. A maconha é conhecida há mais de 5.000 anos, sua utilização se dá por suas propriedades medicinais, como por seus efeitos psicoativos, relaxamento dos músculos estimula do riso e a sensação do bem-estar. (DETONI; MÁRCIA, 2011, p.50).

A maconha é uma das drogas mais populares e consumidas na atualidade, a facilidade e a promessa de que ela não causa “vício” é um convite agradável possibilitando a experimentação da mesma e se tornando atraente.

Também classificada no grupo dos *Cannibis*, tendo uma preferência maior na Ásia e norte da África é o haxixe, resina extraída da *cannibis* e condensada em pequenos tabletes, o haxixe assim como opio, foram conhecidos na Europa tendo um uso arraigado entre muitos psicoativos, principalmente no círculo científico e literário, como estimulante científico, assim também como estimulante da arte daquele período, afirma Neudorf (2013).

Há mais de 4 mil anos os índios da bacia Amazônica tomam um chá alucinógeno, por nome de ayahuasca⁴, esse hábito despertou a atenção de portugueses e espanhóis ao desembarcarem no Brasil por volta do século de 1600,

⁴ O **chá de Santo Daime** é um alucinógeno. Tal propriedade se deve à presença nas folhas da chacrona de uma substância alucinógena denominada N, N-dimetiltriptamina (DMT). O DMT é destruído pelo organismo por meio da enzima mono amina oxidase (MAO). No entanto, o caapi possui uma substância capaz de bloquear os efeitos da MAO: a harmalina. Desse modo, o DMT tem sua ação alucinógena intensificada e prolongada. Disponível em: <http://www.antidrogas.com.br/cha.php>. Acesso em: 11 de Setembro de 2016.

os padres Jesuítas por sua vez, escreveram sobre o chá como uma poção diabólica, assim como as cerimônias realizadas após o consumo do chá.

Os espanhóis encontraram na América a adoração à folha da coca, tendo nela o estimulante para a mão de obra escrava. Diante desses fatos o uso da coca se proliferou, pois, os europeus tomaram gosto pela folha e os levaram para Europa. Outra interessante forma de uso da coca foi no velho continente, onde foi utilizada na fabricação de vinhos, tendo como referência um criado no ano de 1863, preferido pelo Papa Leão 13, sendo insolado na mesma época através de experiências do químico Albert Nieman, que realizou experiências com o seu próprio corpo descobrindo os efeitos da substâncias. (ABRIL, 2016).

Outro marco na história do uso das drogas é o tabaco, com a descoberta da América pelo navegador Cristóvão Colombo veio à descoberta do tabaco, os indígenas do sul ao norte do mesmo continente usavam (através do fumo) as folhas secas da nicotina tabacum nome dado na América Latina, em suas cerimônias, a crença dos índios era de que as folhas possuíssem propriedades medicinais, esse fato contribuiu para expansão da folha, não só por Cristóvão quanto por outros navegadores portugueses e espanhóis que vierem após ele, assim a folha do tabaco chegaria a outros lugares do mundo por meio da crença indígena. (DETONI, 2011, p.25). A autora ainda destaca que foi a França o primeiro país europeu a conhecer o tabaco, sendo lá também onde recebeu o nome de nicotina, homenagem dada ao diplomata francês Jean Nicot (1530-1600) ele foi o responsável por divulgar os efeitos curativos que a planta possuía, devido à cicatrização de uma úlcera incurável que o diplomata tinha na perna.

As formas de consumo da nicotina eram por meio de charutos e cachimbos, pela inalação de rapé (sendo em pó) e a mastigação das folhas. O famoso cigarro que conhecemos na atualidade só se tornou popular por volta no século XX, com a fabricação do cigarro em grande escala por parte da indústria, expandindo o hábito de fumar, contribuindo também para o aumento das doenças relacionadas ao tabaco. A comprovação veio nos anos 1960 com uma pesquisa realizada que certificava as evidências dos males ocasionados pela nicotina, entre os mais comuns estavam o câncer, enfisema pulmonar e complicações cardíacas⁵.

⁵ Segundo especialistas, a fumaça do cigarro tem cerca de 5.000 substâncias químicas, dezenas delas com propriedades cancerígenas, como alcatrão, níquel, cádmio e

Quando chegaram no Oriente e na América, os europeus encontraram vários hábitos, relacionados à alimentação e ao consumo de drogas. Alguns deles foram assimilados e outros, perseguidos. A droga mais comum hoje no mundo, o tabaco, era uma planta de uso sagrado e medicinal entre os indígenas. Essa droga foi assimilada devido aos seus efeitos psicofarmacológicos específicos. Outras substâncias usadas pelos indígenas, particularmente por motivo. (NEIP, 2016).

Das drogas já citadas, lícitas e ilícitas, o álcool é uma das drogas mais acessíveis e conhecidas da história, não é de hoje. Detoni (2011) destaca que se acredita que as bebidas alcoólicas já eram produzidas pelas primeiras civilizações, os membros de tribos do Oriente Médio teriam sido os primeiros a provarem os efeitos causados pelo álcool, registros encontrados em papiros egípcios de 3.500 a.C. indicam que a cerveja já era fabricada na Mesopotâmia a.C.

Os gregos e romanos por sua vez se tornaram famosos por esbanjarem seus festejos alcoólicos naquele período, outro relato histórico é encontrado nas escrituras, mas conhecida como Bíblia sagrada, fazendo alusão ao álcool tanto no Novo como no Velho Testamento e o primeiro alcoolizado citado no livro sagrado é Noé, que se embriaga, antes do dilúvio, com a bebida das vinhas que plantou. (DETONI, 2011, p.15).

No Brasil o álcool foi descoberto ainda com a chegada dos portugueses, que encontraram um costume indígena de produzir e beber uma bebida forte, essa bebida era fermentada da mandioca, conhecida por “cauim” não diferente de outros contextos, a bebida era utilizada em rituais e em festas, o uso do tabaco também foi encontrado, algo que também era desconhecido pelos mesmos, porém já conheciam a cerveja e o vinho, a inovação dessas descobertas era que aprenderiam a fazer a cachaça, que não seria difícil. (SUPERA, 2016, p.14).

Ainda nos dois primeiros séculos da colônia o açúcar e o pau Brasil foram às drogas de mais destaque no Brasil destaca o texto do supera (2016). Além destas, outras se tornaram fontes das índias Ocidentais como, as aromáticas balsâmicos, copaíba, quina, ipecacuanha, Cabreúva, pedras bezoares de antas e de porcos-espinhos, cacau e tabaco. Neste programa a droga figurou-se como riquezas exóticas e produtos de luxo destinados ao consumo e ao uso medicam, e também

como adubos da alimentação, ou seja, as especiarias foram chamadas como drogas pelo homem do período segundo Santos. (2014, apud GÓIS, 2008).

Essa presença das substâncias psicoativas na formação da história brasileira, não é novidade, faz parte das características culturais dos primeiros habitantes das terras brasileiras: os povos indígenas, assim como dos nossos colonizadores, segundo textos encontrados (SUPERA, 2016, p.12), a compreensão do surgimento das drogas no Brasil, auxilia para o entendimento da forma pela qual a temática é abordada na sociedade, com tabus, preconceitos e equívocos relacionados aos conceitos morais, assim como os termos pejorativos, tanto ao uso das substâncias psicoativas quanto aos usuários destas que são na verdade efeitos deste processo.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, no início da colonização, descobriram o costume indígena de produzir e beber uma bebida forte, fermentada a partir da mandioca, denominada “cauim”. Ela era utilizada em rituais e em festas, dentro, portanto, de uma pauta cultural bem definida. Os índios usavam também o tabaco, que era desconhecido dos portugueses e de outros europeus. (SENAD, 2016, p.14).

Os relatos históricos tais como os papiros egípcios, as escrituras da bíblia sagrada e os índios da América descrevem o tipo e sua utilização naqueles contextos, além de que compravam a presença histórica dessas substâncias e que nem sempre as drogas foram vistas com “maus olhos” dos quais se podemos observar nos dias atuais, pois em alguns momentos foram o ponto de fuga de muitas pessoas, a porta para saída e solução, se tornou a tentativa de findar a dor que era sentida, em outras foi à forma de fortalecimento que encontraram.

É extremamente relevante considerar que muitos foram perseguidores e acusados devidos o que o efeito das drogas causava, outros mostraram as possibilidades que poderia haver com as oportunidades medicinais assim como os comerciantes capitalistas que geraria muitos lucros na comercialização das substâncias psicoativas. (ABRIL, 2016).

Contudo Aldous Huxley⁶ conceitua bem a presença das substâncias psicoativas na vida humana, a relação entre droga x homem, onde o mesmo

⁶ Filho de uma família de classe média alta, Aldous Huxley teve uma educação privilegiada. Devido a um problema na retina, quase ficou cego aos dezesseis anos. Parcialmente recuperado, aprendeu braile. Estudou no Eton College e no Balliol College, em Oxford, graduando-se em inglês em 1916.

conseguiu sentir na droga além do que ela mesma pode lhe oferecer. A busca pela realização de seus desejos tornou-se insaciável, e constantemente renova-se, é desde o gênese da vida humana que se usava as substâncias, estendendo-se aos dias atuais, isso nos remete uma reflexão sobre o que o autor traz, se é de fato possível ao homem algum dia sobreviver sem o uso de algum tipo de drogas, seja por qualquer motivo aleatório.

Parece improvável que a humanidade em geral seja algum dia capaz de dispensar os 'paraísos artificiais', isto é, [...] a busca de auto transcendência através das drogas ou [...] umas férias químicas de si mesmo... a maioria dos homens e mulheres levam vidas tão dolorosas - ou tão monótonas, pobres e limitadas, que a tentação de transcender a si mesmo, ainda que por alguns momentos, é e sempre foi um dos principais apetites da alma." (Aldous Huxley, escritor inglês). (SUPERA, 2016, p.14).

É uma reflexão possível e plausível, se pensar se realmente um dia nos veremos sem o uso ou dependência de qualquer tipo de substância considerada "droga" e para onde estaremos caminhando e que futuro nos espera, o consumo é cada vez maior e conseqüentemente junto a ele cresce os problemas de características de saúde pública e sociais na sociedade contemporânea.

2.4 O Consumo de Drogas como uma Problemática Contemporânea

Com o passar dos anos a necessidade do homem pelo uso de substâncias psicoativas se tornou algo de relevante preocupação em âmbito governamental e social. O que antes era utilizado como material para rituais, medicações e alívio para o sofrimento, se sobressai destes aspectos e toma uma proporção mundial, o uso abusivo chama atenção por suas sérias conseqüências e pelo seu alto crescimento (UNA-SUS). Nos dias atuais, há uma grande produção em escala de drogas, seja para comercialização e consumo, e esse fato leva-nos a concordar com Aldous Huxley (SUPERA, 2016. p.14) quando afirma que o homem se tornou refém de seus próprios desejos, buscando por uma vida artificial.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas (2015) do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes⁷ (UNODC) o uso de drogas permanece estável em

⁷ O **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime** (UNODC) implementa medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas e as convenções contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção. Disponível em: <

todo mundo, apontando uma estimativa de que 246 milhões de pessoas, um pouco mais de 5% da população que estão entre idades de 5 a 14 anos já utilizou algum tipo de droga ilícita, o mesmo relatório também aponta que 27 milhões fazem uso problemático de drogas, e quase metade deste número faz uso de drogas injetáveis. Na contemporaneidade a droga perdeu em partes seu caráter de atividade cultural e passou a ser uma problemática de saúde pública, que parece ser irrefreável nesta geração, que está cada vez mais rendida às drogas e às suas consequências.

Para Brusamarello et al. (2008) as drogas se tornaram na sociedade contemporânea um problema de saúde pública diante de suas consequências danosas à sociedade, os altos índices de consumo alertam para o despertar do Estado e da sociedade civil, para que seja dada uma devolutiva que crie políticas públicas em prol do combate e sensibilização do uso das drogas. Além de tudo as drogas fazem parte da realidade social e devem ser levadas em consideração a problemática gerada em torno delas. Outro ponto é que na atualidade os usos abusivos das drogas estão mais presentes na vida de jovens e adolescentes, que têm por característica desta faixa etária uma fragilidade aos convites para experimentá-las.

Segundo o IBGE (Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística) o envolvimento desta faixa etária tem se tornado cada vez mais prematuro, o mais preocupante é que o aumento do consumo tanto de drogas lícitas e ilícitas por jovens e adolescentes é por uma população que ainda permanece cursando o ensino fundamental. O envolvimento de jovens e adolescentes com a droga abre para um caminho perigoso, são estes: gravidez na adolescência, envolvimento com o crime, contaminação com doenças sexualmente transmissíveis e muitas doenças em consequência do uso abusivo destas substâncias.

Rio, 26 - Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta sexta-feira, 26 de agosto de 2016, revela o aumento do acesso precoce a bebidas alcoólicas e a drogas ilícitas entre alunos do 9º ano do ensino fundamental. Mais da metade dos jovens (55%, ou 1,44 milhão de alunos) relataram já ter tomado ao menos uma dose de bebida alcoólica, proporção superior aos 50,3% registrados em 2012. (ESTADÃO, 2016).

Com toda essa problemática as drogas passaram a serem vistas como expressão da questão social que na leitura de Leite e Brito (2016, p.1. *Apud.* IAMAMOTO, 1998, p. 27) é o conjunto de expressões da desigualdade reproduzida na sociedade capitalista, a produção social é realizada de forma coletiva, porém a apropriação dos lucros mantém-se restrita por parte de uma minoria da sociedade.

É por volta de 1990 que surge uma nova proposta de prevenção e tratamento, rompendo com a repressão existente, levando o tema “droga” para outro patamar nas discussões de política públicas sendo tratada como expressão da questão social, assim afirma Silva (2007). Por essa razão não se pode transferir apenas ao poder público a responsabilidade com as drogas, pois o consumo de drogas é uma problemática pertinente ao Estado e a sociedade civil.

Silva et al, (2006) continua argumentando que o abuso e a dependência de substâncias psicoativas ameaçam valores da sociedade, que são diluídos frente às pressões e consequências que surge, dentre eles estão os valores sociais, políticos e econômicos. O uso de drogas é um dos fatores responsáveis pelos inúmeros acidentes de trânsito, aumento do índice de homicídios, criminalidade, violência na mais variáveis formas que se apresenta na sociedade, quebra de vínculos familiares e sociais, além de gerar para os cofres públicos uma despesa de valor bem considerável. (AGENCIA BRASIL, 2016).

Rastelli (2009) afirma que as drogas na atualidade corrompem os mais diversos segmentos fundamentais para uma sociedade, além de ser prejudicial à saúde do usuário, a pesquisadora ainda faz uma relação das drogas com o envolvimento de 4 tipos de crimes, são eles:

- O tráfico de droga, com superlotação do sistema judiciário por ser tratar de algo que é crime, não apenas no Brasil, mas em outros países do mundo;
- Para financiar a dependência, muitos usuários recorrem a furtos, assaltos e crimes de morte na tentativa de manter o uso de drogas;
- Para facilitar o comércio e tráfico existe a corrupção e suborno de autoridades;
- Os efeitos das drogas levam a consequências seríssimas, como crimes familiares e sociais.

As consequências pelo uso de substâncias psicoativas na sociedade e sua comercialização lícitas ou ilícitas, ligam o sinal de alerta há muito tempo para a maneira de como se deve discutir sobre políticas públicas voltadas para o trabalho de prevenção e enfrentamento da “Drogadição” no Brasil, pois os danos se mostram avançados, muitos são irreparáveis, que para famílias, usuários e sociedade parecem estar em uma luta já vencida, que recrimina e marginaliza, que prende e não trata, que mata para solucionar e silenciar, são formas de higienização social que não apresentam solução alguma ao problema aqui apresentado.

Todo o histórico das drogas na humanidade nos permite o conhecimento afincado sobre o surgimento de políticas e programas que viriam a surgir para responder a tais demandas históricas, que estará entre os pontos tratados nos próximos tópicos da nossa pesquisa.

3. A POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS

3.1 Breve histórico da Política de Drogas na sociedade Brasileira

Ao se aprofundar sobre as definições e conceitos que as drogas possuem torna-se possível conhecer com mais profundidade o histórico das substâncias e suas relações com a cultura e contextos na humanidade, mesmo que de forma fragmentada atravessando diferentes períodos da história, foi possível conseguir obter benefícios e males ao homem e ao meio social em que convive. Neste capítulo trataremos sobre a legislação e política sobre drogas, compreendendo de que forma e como emergiram as propostas para conter os avanços e ofertas geradas pelo consumo das substâncias psicoativas.

Orlando Zaccone (2015) descreve que foi na Liga das Nações (Organização semelhante a atual UNO) onde foi formada a Comissão de Xangai, que viria a tratar de questões pertinentes ao ópio em 1909, os primeiros passos dados relacionados à política proibicionista já denotam fatores socioeconômicos, assim afirma o autor. Como também Sergio Trad (2009) ressalta que até o século XIX, o consumo era regulado pelos controles sociais informais e pelos autocontroles, como resultado das mudanças acontecidas na sociedade urbana – industrial. O Estado passou junto a indústrias farmacêuticas a assumir o controle do uso de drogas e de seus usuários, é a partir daqui aonde irá se fundamentar um novo modelo de controle, que segundo o autor é o modelo proibicionista (CORAL, 2016) pronto a penalizar o consumo e oferta.

O modelo proibicionista de acordo com Fernandes e Fuzinato (2012) possuía interesses maiores, destaca-se aqui que havia uma intenção que estava ligada a briga pelo poder econômico, mascarada por outro discurso que era o “religioso” influenciando suas interversões, é nos Estados Unidos, protagonista no desenvolvimento capitalista moderno, que ele se torna uma política prioritária arraigada ao conservadorismo e aos interesses de grupos políticos protestantes que defendia o discurso da moralidade e dos bons costumes na sociedade, implicado

também com o controle das minorias étnicas que ali estavam. (FERNANDES; FUZINATTO, 2012, p, 4.) Eram:

As associações puritanas que clamavam, ainda no século XIX, pela proibição do álcool e do ópio traçavam uma linha direta entre essas substâncias e comunidades imigrantes, respectivamente, irlandeses e chineses. De maneira análoga, mexicanos eram vistos como inveterados consumidores de maconha e os negros, como perigosos usuários de cocaína (FUZINATTO, 2012. *Apud.* RODRIGUES, 2003, pp. 2-3).

Os autores destacam aqui que o modelo foi uma forma de opressão a determinados grupos (citadas à cima como minorias) naquele período, que tinha o uso de drogas como elemento de suas culturas, a justificativa dada pelo estado era de combater ao tráfico que estava ligado a estes. (FUZINATTO, 2012, *Apud.* D'ELLA FILHO, 2007, p. 4). Dando avanço a essa nova proposta de combate às drogas o Estado Unidos segue com o avanço de novas medidas, em 1920 aprova a lei seca que tem como objetivo de salvar o país da problemática que estava inserido, com a proibição de exportação e importação de bebidas alcoólicas, neste caso não houve êxito da parte dos americanos, pois a lei só ajudou ao crescimento do crime, tráfico e a exposição da população americana as drogas.

A lei foi um fracasso por não conseguir atingir a perspectiva do Estado, ela acabou fortalecendo ainda mais o tráfico, comércio ilegal e o consumo nocivo à saúde, por não ter um controle e fiscalização da produção, diante disso o Estado foi levado a repensar sobre a lei seca e o quanto perdia economicamente, podemos analisar que mais uma vez os interesses econômicos se sobressaem, pressionando o Governo a assim revogar a lei em 1933, considerando também que o consumo de bebidas alcoólicas foi o principal auxílio para a saída da crise de 29, com o dinheiro que era movimentado com o comércio da mesma.

Os estereótipos morais e médicos, presentes desde o início das políticas de proibição no território americano, apresentava um alvo seletivo, eu associava substâncias perigosas às classes perigosas, colocando sob suspeita toda faixa da população que, por seus hábitos e sua pobreza, já costumava ser vigiada e controladas pelos aparentes repressivos do Estado. (ZACONNE, 2015, p.83)

Zaconne (2015) relaciona à proibição do uso de drogas nos Estados Unidos com dois fatores atuais, que é a política de repressão e estereótipos que se reproduzem, contextualizando a citação a cima, muito se assemelha com o

comportamento por parte da sociedade na atualidade, que usa de nomenclaturas, preconceitos e estereótipos para definir o uso e o usuário de drogas, principalmente por uma questão étnica e cultural. Contudo nossa ênfase foi destacar até aqui pontos que foram importantes para influenciar muitos países na constituição de políticas ligadas à problemática das drogas. O Brasil não esteve diferente de outros países da América do Sul recebendo assim forte influência do modelo proibicionista americano, o considerando como tão importante que o adequou a sua realidade.

Esse modelo segundo Trad (2009) foi centralizado com a ilegalidade das drogas, na repreensão e na abstinência, possuindo um projeto amplo e de modernidade, com um discurso médico-intelectual, ainda nesta mesma linha o pesquisador aborda que a partir da era Vargas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954) é adotado dois tipos de modelos para tratar as drogas na sociedade brasileira, que se dividem em legais e ilegais, as legais eram tratada de forma liberal, já as ilegais eram abordadas de formas intervencionistas e punitivas naquele período.

Enfatiza-se ainda que na era Vargas não houve avanços sobre esta discussão, mas sim uma permanência com os paradigmas e falhas políticos sobre o debate das drogas, com reforço maior sobre demonização das substâncias e o fortalecimento do estigma de usuários, processo do qual contribuía para fortalecer a política repressiva vigente e a criminalização do uso das substâncias. Em 1967 é decretada a Lei 159 (BRASIL, 1967), referenciando substâncias ligadas à dependência, levando o país a posição de segundo Estado no mundo que considerava nociva o uso de entorpecentes, colocando a venda de qualquer substância apenas permitida a farmácias e portando receitas médicas, regulando também a distribuição de amostras e produtos que tenham algum tipo de substâncias.

O art. 281 do Código Penal Brasileiro continuava em vigor não se distinguindo quais condutas que diferenciavam usuários e traficantes, é com a lei 4.451/64 que há uma introdução ao artigo da ação de plantar, e é com o período da ditadura militar brasileira que vem a ocorrer algumas mudanças na política de repreensão. (ZACONNE, 2015, p.90).

A década de 1970 foi marcada por novas mudanças na legislação sobre drogas no Brasil, onde seguiu de forma harmônica com a orientação internacional sobre legislações antidrogas, Zacconne (2015) descreve que essas possibilitaram a

desconsideração do dependente como criminoso, mas continuou estagnada sobre a diferenciação entre o uso e o tráfico preservando:

O discurso médico-jurídico encontrado na década anterior e sua notória consequência de definir usuário habitual como dependente-estereótipo da dependência – e traficante como delinquente-estereótipo criminoso. (ZACONNE, 2015, p.92).

Com a guerra do Vietnã o consumo de heroína por militares em guerra fez surgir um novo debate, dentro da política de repressão, o tráfico toma outra visibilidade, e responsabiliza um país por um problema mundial, difundindo-se em outros países e com este um novo discurso sobre a problemática que passa a ser vista como um problema de segurança nacional. Outro ponto apontado por Trad (2015) é que só a partir dos anos 1980 foi possível uma nova discussão, por meio das aberturas políticas e os efeitos tardios da contracultura que fazem repensar sobre as drogas e a prevenção indo contra aos posicionamentos repreensivos ditados pela política ditatorial daquele período.

Com a redemocratização do Brasil ocorrem novas mudanças, o proibicionismo passa a ser problematizado e estudado pelas ciências médicas e humanas, contrapondo as formas pelas quais o Estado agia diante da problemática, e visibilizando de uma nova forma o usuário e a própria droga. (TRAD, 2009, p.98)

Com o crescimento da HIV/AIDS na década de 1980/90 no Brasil, passa-se a adotar a redução de danos como estratégia de prevenção no uso de drogas, mais do que isso, é uma estratégia de saúde pública, em 1926 há registros das primeiras intervenções realizadas na Inglaterra, marcante por ser uma nova maneira de abordar o uso de substâncias psicoativas, através da conclusão de uma equipe de médicos que entendiam que a melhor maneira de abordar tal problema era monitorando o uso das drogas. (MACHADO; BOARINI, 2013)

No Brasil a primeira vez que essa estratégia é utilizada é na cidade de Santos-SP (1989) e o que leva a experiência é o crescimento do índice de transmissão de HIV/AIDS que estava relacionado diretamente com o uso de drogas injetáveis. A redução de danos surgiu inicialmente como proposta de prevenção ao HIV, com o programa de troca de seringas (PTTs) aponta Souza (2011), a RD se tornou mais do que uma estratégia de saúde pública, e sim uma nova possibilidade para usuários de drogas de acessarem uma política e estratégias que diferiam da

lógica da abstinência, ela ampliou as ofertas de saúde para estes usuários e incluiu a diversidade de demandas. (MACHADO; BOARINI, 2013).

É inerente pensar que o novo modelo leva a sociedade civil e Estado a uma reavaliação de como lidar com o usuário, pensando sobre políticas públicas de saúde, educação e segurança e com o auxílio das ciências humanas, como afirmam Ferffemann e Figueiredo (2006). Sem dúvidas a proposta desta política enfrentou e enfrenta os embates de políticas criadas outrora sobre um regime repressivo e ditatorial, o preconceito e estigmas de uma sociedade que a desconhece e acima e tudo demoniza o uso de tais substâncias e ainda criminaliza o usuário.

Apenas em 2003, as ações de RD deixam de ser uma estratégia exclusiva dos programas DST/AIDS e passam a se tornar uma estratégia norteadora da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas e da política de Saúde Mental. (PASSOS; SOUZA, 2011, s,p) podemos encarar a RD com uma possível forma de conviver com algo do qual não conseguimos nos livrar, é lidar com as substâncias de forma segura e consciente, afirma Mônica Gorgulho. (REVISTA ÉPOCA, 2004).

O cenário posto à cima faz parte do processo histórico da instituição da política de drogas na sociedade brasileira, todavia nos remete a refletir sobre de que forma essa política foi instituída e traçada em nossa sociedade, é um debate que exige mais sensibilidade entre Estado e sociedade civil ao tratar de drogas e de seus usuários. Com base em informações disponíveis no OBID (Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas) o Brasil passa a ter de fato sua primeira política voltada para a temática em 1989, com a construção de uma política voltada para redução da demanda e oferta de drogas, com a realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, algumas medidas foram tomadas, o CONFEN (Conselho Federal de Entorpecentes) foi transformado em CONAD (conselho Nacional Antidrogas) e foi instituída a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). (OBID, 2016).

Em 2002 o SENAD, incumbido da responsabilidade de coordenar a Política Nacional Antidrogas, dar seus primeiros passos mobilizando atores envolvidos com a temática, para elaboração e criação da primeira política brasileira sobre drogas, que é instituída pelo Decreto Presidencial nº 4.345 na data de 26 de agosto de 2002. Silva (2012) vale destacar que essa política trouxe avanços importantes para aquele momento, sendo de ampla abordagem e indo de contra com a política repressora, foi

de fato uma proposta avançada por estar enfocada na prevenção, atuação, recuperação e reinserção social, mas ao mesmo tempo com pequenas características retrocedentes e liga ao velho modelo EUA, assim descreve o autor.

Já no ano 2003 o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, aponta a necessidade da construção de uma nova agenda nacional para redução da oferta e demanda de drogas, contemplando três pontos: “integração das políticas públicas, descentralização dos níveis municipais, estreitamento das relações entre sociedade e comunidade científica”. (DUARTE; DALBOSCO, 2011). Os autores ainda descrevem que durante os primeiros anos da política o tema foi o foco, mantendo-se em pauta, porém foi necessária uma reavaliação da mesma, acompanhando as mudanças pelas quais o país enfrentava de ordem sociais, econômicas e políticas.

Neste mesmo ano de 2003 foi criada a Política do Ministério de Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas⁸, política comprometida a enfrentar as diversas demandas relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas, encarando-as como problemas de saúde pública, assim afirmam Ronzani e Mota (2014).

De 2004 a 2006 tivemos como pontos principais, o processo de realimento e atualização da PNAD por meio do Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas e fóruns, surge em 2005 a Política Nacional sobre Álcool que vem de um amplo processo de discussão, e conscientização do problema, é aprovada a Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), suplantando uma legislação de trinta anos que se mostrava obsoleta e em desacordo com os avanços científicos na área e com as transformações sociais colocando o Brasil em destaque pelos avanços conquistados. (DUARTE; DALBOSCO, 2011).

No ano de 2008 foi instituída a Lei nº 11.754, havendo uma alteração de Conselho Nacional Antidrogas para Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) alterando também o nome de Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas (SENAD) que segundo os autores são modificações já aguardadas desde 2004. Silva (2012) comenta que essa

⁸ Essa política foi concebida e articulada à Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que direciona o modelo assistencial de acordo com os preceitos do movimento da Reforma Psiquiátrica, voltada para a criação de uma rede baseada em dispositivos extra-hospitalares.

nomenclatura “Antidroga” faz pensar em uma sociedade livre do consumo, porém deve ser considerado o caráter cultural do consumo.

Em 2012 o SENAD foi transferido do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, para que isso pudesse potencializar e promover uma maior articulação e ações de reduções e demandas, priorizando o enfrentamento ao tráfico. Ainda segundo Duarte e Dalbosco (2011) essas mudanças também ocasionaram ações que tinha como objetivo o trabalho com a prevenção do uso de drogas por parte da sociedade.

O conhecimento sobre o processo histórico da legislação brasileira de drogas é fundamental uma vez que nos possibilita a refletir de que maneira o uso e usuários de substâncias psicoativas foram abordados na nossa sociedade, as bases para estas políticas assim como a importância e como essas políticas atuam na redução da oferta, nas ações com prevenções, tratamentos e acolhimentos de usuários, como possibilidade de reinserção social e apoio as famílias que são afetadas pelas consequências das drogas. A Política Nacional de Drogas é uma base para que toda a rede desenvolva um atendimento humanizado, pautado sobre o direito, onde haja respeito e um acolhimento sem características proibicionistas, repressoras e estigmatizastes do sujeito.

3.2 Os princípios e fundamentos da PNAD (Política Nacional sobre Drogas)

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD) é considerada um marco na história da legislação sobre drogas na sociedade brasileira. Uma ascensão do discurso de um tema de grande relevância e com conflitos na história da humanidade, assim como por sua atualidade e contextualização em termos mundiais, no que concerne ao debate de redução da demanda e oferta de drogas e dos critérios de políticas públicas voltadas para essa temática.

A PNAD estabelece uma estrutura organizacional composta por fundamentos, objetivos, diretrizes e as estratégias indispensáveis para que os esforços da redução da demanda e oferta sejam atingidos, de forma planejada e articulada (FELIX, 2013).

Dessa forma a Política Nacional sobre Drogas é considerada um avanço, principalmente ao tratar o tema com outra visibilidade, em contraponto aos fundamentos desta política em décadas atrás estavam alinhados a uma base

conservadora, repressiva e proibicionista. Machado e Mirada (2007) apontam que as primeiras intervenções sobre o crescente consumo ocorreram por volta do século XX aparado por jurídico-institucional com o objetivo de estabelecer o controle social e preservar a saúde pública. Este aparato jurídico criado constituiu diversos decretos proibindo e criminalizando, em alguns casos até excluindo os usuários do convívio social, criminalizados e banidos de uma sociedade além de carregar o peso das consequências que:

Entre os consumidores a principal consequência da criminalização é o que se poderia denominar de *junkyzação*, isto é, a estigmatização do usuário com a sua identificação em (sub)culturas criminais, processo que, a partir de sua amplificação pelos meios de comunicação de massa, produz palpável reação social informal [...] o sujeito envolvido com as drogas, por força da política proibicionista, ingressa no vicioso círculo da clandestinação, fato que, em caso de dependência, inviabiliza seu acesso aos sistemas de assistência médica e social. (AMBITO JURIDICO, 2016).

Durante muito tempo as soluções buscadas para o enfrentamento as drogas estiveram fundamentas nesta perspectiva proibicionista onde os usuários jamais foram enxergados enquanto sujeitos de direito. Ainda conforme Mirada e Machado (2007) eram proposto prisões, sanatórios e hospitais psiquiátricos, que veio sendo reafirmada em 1976, com a aprovação da lei que previa a abordagem da dependência no campo medico-psiquiátrica.

Cabe citar ainda que dentro dessa fundamentação proibicionista, o autor Vargas (2011) aponta que após a convenção de Viana de 1998 foi apresentando um novo programa a ONU com a tentativa de erradicar as drogas, o programa intitulado de *Um Mundo sem Drogas. Podemos Conseguir*. Que na concepção do autor foi tão falho quanto cômico, sendo classificado pelo New York Times, como uma reciclagem de política irrealista e utópica.

Outro fato histórico que não poderia deixar de ser mencionado foi a *guerra às drogas*, onde o autor destaca que em qualquer guerra que seja as medidas que são tomadas tornam-se válidas, mesmo que venha a se sobrepor a princípios legais e consagrados, sacrificando direitos fundamentais da pessoa humana. (VARGAS, 2011, p,18). Ainda considera que a política proibicionista faz imperar no seio social não só uma proibição das drogas, mas também uma proibição da livre circulação de ideias ao impor um discurso único e inquestionável que demoniza essas substâncias

e seus usuários, responsável por uma visão pejorativa e contribuindo para que o mesmo fosse visto de forma degradada, negativa e estigmatizada na sociedade.

Todas as alternativas tomadas com o objetivo de suprimir com o consumo de substâncias psicoativas mundialmente influenciaram na constituição e fundamentação de nossa legislação voltada as drogas. Com base em dados compilados nos relatórios da UNIDOC (Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas) o consumo das substâncias permaneceu estável em todo mundo, apontando que cerca de 246 milhões de pessoas já fizeram o uso de algum tipo de substância ilícita, o mesmo aponta que o consumo referente ao Brasil tem crescido principalmente com o consumo de maconha. (UNODC. ORG., 2016). Este crescente número hoje pode ser visualizado de outra forma assim como o usuário que estar na ponta da discursão, não desconsiderando que há muitas lutas e tabus a serem quebrados em nossa sociedade, e o rompimento dos estigmas e estereótipos produzidos diariamente na sociedade e no aparelho estatal que é responsável pelo atendimento, acolhimento e tratamento de usuários e dependentes.

Mas os fundamentos da PNAD possibilitam com que esse mesmo obtenha direito e assim seja vista, a droga passa a ser considerado um problema de saúde pública e uma das expressões da questão social e não mais como um desvio de moral.

Duas considerações pertinentes são feitas por Ventura et al.:

Primeiramente a legislação sobre drogas evoluiu, passando de um regime proibicionista para um sistema menos repressor, algo que é incontestável pelos avanços que são possíveis de contemplar. Já o segundo ponto é a evolução que também foi possível para o tema de drogas ilícitas nos país, um movimento de liberação entorno de leis e políticas buscando um equilíbrio entre usuários, política de saúde e segurança pública. (VENTURA et al., 2009)

Os grandes avanços podem ser contempláveis a partir do momento que essa política segue com uma nova proposta de atualização de seus fundamentos (Obid) o Estado que antes agiu de forma violenta na abordagem do uso de substâncias psicoativas, hoje tem por dever a garantia dos direitos destes e com base nas pressuposições da PNAD, entre os principais a busca por uma sociedade do uso de drogas ilícitas, e do uso indevido de drogas lícitas, e a diferenciação entre usuários, dependente e traficante. Um tratamento igualitário, sem discriminação a usuários ou dependentes.

3.3 Diretrizes e Objetivos da PNAD (Política Nacional Sobre Drogas)

A PNAD possui metas a serem atingidas diante de suas propostas para a redução da oferta e de consumo de drogas, a redução da demanda se caracteriza em ações referentes à prevenção do consumo de substâncias lícitas e ilícitas que causem dependência, além de que suas diretrizes também se relacionam ao tratamento, à recuperação, redução de danos e a reinserção social de usuários e dependentes, por sua vez a redução de oferta acontece com atividades inerentes à repressão da produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) - Política e Legislações.

Ao ser aprovada a política apresenta pressupostos, fundamentos, objetivos e diretrizes, que norteiam e permitem que a política consiga ser conduzida de forma planejada e articulada ainda segundo o site da OBID, a PNAD é um resultante de amplas conquistas que foram importantes nas transformações histórica da abordagem do tema no país. Os objetivos, fundamentos e as estratégias desta se dividem em cinco eixos que são:

- Prevenção
- Tratamento, recuperação e reinserção social
- Redução de danos sociais e a saúde
- Redução da oferta
- Estudos pesquisa e avaliações

Dias (2012) identifica que entre os principais pressupostos dessa política podemos encontrar os seguintes:

- O reconhecimento de que a uma diferença entre usuário, traficante e dependente, e que ambos devem ser tratados de formas diferentes, não privilegiando ambas as partes, mas diminuindo os estigmas produzidos em seio social;
- Outro ponto é a prioridade no uso indevido de droga, por ser uma intervenção de menos custo e mais eficaz, a fundamentação no princípio

de responsabilidade entre governo, iniciativa privada e a sociedade sobre as ações no sentido de obter maiores resultados da oferta e consumo de drogas e nos custos sociais relacionadas a elas. Esta busca uma participação entre diversos setores para que haja um resultado maior no que se almeja.

A PNAD também apresenta seus objetivos que entres alguns deles se destacam:

- Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências.
- Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade.
- Implantar e implementar rede de assistência integrada, pública e privada, intersetorial, para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas, fundamentada em conhecimento validado, de acordo com a normatização funcional mínima, integrando os esforços desenvolvidos no tratamento. (BRASÍLIA, 2011, p.15).

Os objetivos da Política Nacional Sobre drogas são direcionados a sociedade de modo geral, para que de forma direta ou indireta nossa sociedade seja participante da construção, elaboração e execução desta política. Felix (2011) ressalta que esta política atualizada é um fruto de um esforço conjunto, feita de brasileiros para brasileiros, o primeiro objetivo descreve bem sobre como o trabalho de prevenção é importante “conscientizar” a população dos danos causados, mas educar, informar e capacitar sem dúvidas são estratégias que podem causar um grande diferencial para que estar na ponta de toda problemática citada.

A PNAD foi realinhada (2004) ainda na gestão do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, orientando-se por princípios de responsabilidade compartilhada, assim como sua formulação, a execução dessa política faz parte de uma articulação entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil ampliando a intersetorialidade, a descentralização das ações pertinentes à temática no país.

Ao estabelecer diretrizes e fundamentos a PNAD, considerando também as estratégias que são articuladas, consegue assim que muito dos seus esforços direcionados para a redução de oferta e consumo de drogas, se concretizem de maneira organizada e articulada. Pontos dos quais consideramos importantes para o avanço que obtivemos com a temática droga no país.

3.4 Possibilidades e Desafios para a Política Nacional de Drogas no Contexto de Crise Econômica e Política no Brasil

Na terceira semana de março de 2016 foi divulgado um relatório da Jife (2015) Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, pela UNODC onde destaca os investimentos realizados pelo Brasil e seus avanços relacionados ao enfrentamento da demanda de oferta e da política sobre drogas, citando o país como referencial na atualidade sobre este debate, referenciando ainda o programa Crack é possível vencer, como modelo de grande investimento e sucesso.

O relatório ainda aponta que o país tomou medidas importantes na implementação e recomendações em muitas áreas a fim de otimizar pelo Governo federal, estados e municípios todo os investimentos feitos sobre a redução de demanda e oferta de drogas no país.

No que se concerne aos avanços da PNAD podemos considerar que em uma breve análise histórica sobre as formas que abordavam a temática até os dias atuais é contemplável o posicionamento da ascensão da legislação brasileira sobre drogas. Este aspecto de mudanças também é comentado por Boiteux (2010) onde diz que a nova lei de drogas n. 11.343/06, avançou em pontos importantes como ao “despenalizar o usuário, ou seja, ao impedir que àquele se apliquem penas de prisão, na forma do seu art. 28, que somente prevê medidas alternativas”. (BOITEUX, 2010, p.16).

Outros pontos que também podem ser destacados pelo autor é a inovação na positivação de princípios importantes a exemplo do fortalecimento e autonomia e da responsabilidade individual relacionada com o uso indevido de droga (art. 19, III) e da reafirmação dos princípios da liberdade da diversidade no art.4º e o reconhecimento oficializado da RD (Redução de Danos) como política pública.

Ao encarar as drogas como um problema de saúde pública e o usuário como um/a cidadão/ã de direito, não mais com todo aquele aparato de guerra e

banalização das drogas criminalizando usuários, evoluímos e também deixamos de produzir mais sofrimento a estes e a suas famílias. Contudo existem hoje uma nova discussão e preocupação em relação a esses avanços, uma delas é a internação compulsória que mais nos remete a uma volta ao passado e retrocesso do que hoje já conquistamos enquanto direito e políticas públicas.

Em confronto com todos os avanços existentes, porém há desafios da PNAD que não se restringem apenas a discursão da internação compulsória como é o caso da cracolândia onde medidas apresentadas possuem características higienistas, Sottili e Zulbersztayn (2012, p.02) apontam que medidas como essa são ineficazes além de produzir no usuário repulsa e medo, é uma associação de que abstinência é punição e o Estado o grande torturador. Contudo, ainda precisamos vencer o desafio de uma cultura policial e suas ações que nunca foram e nunca será a melhor forma de tratar um problema de saúde pública, reforça apenas erros já cometidos no passado e que violam direitos humanos de pessoas que não cometeram crime algum.

Na atual conjuntura do Brasil outro problema que nos chama atenção como desafios não só para a PNAD, mas para outras políticas que de alguma forma se intercalam com a política sobre drogas e atendem também milhares de brasileiros é a atual crise política e econômica do país.

É no atendimento cotidiano a usuários e usuárias, e ainda na condição de trabalhadores e trabalhadoras, que nós, assistentes sociais do Brasil, sentimos os efeitos da conjuntura econômica e política e seus impactos nas políticas sociais, nas condições de trabalho e nos direitos sociais. (CFESS MANIFESTA, 2015, p. s.p)

A crise econômica apresenta-se por se tratar de um momento onde a economia apresenta indicadores negativos, crescimento do desemprego e o aumento da pobreza segundo o site Conceito.de, “ela é caracterizada como ponto crítico, onde ocorrem mudanças que podem ser profundas e inevitáveis, tanto para o bem, quanto para o mal, onde sua solução poderá ser favorável ou desfavorável” (PIGNATA, 2015. p,5. *apud*. GUÉNON, 2007).

A crise é uma das fases do ciclo econômico que ainda segundo Pignata e Carvalho (2015) é a eclosão das crises financeiras é uma realidade de países que estão ligados ao sistema capitalista e estão ligadas a superprodução, recessão e depressão junto ao decréscimo do PIB.

Na atual conjuntura brasileira vivenciamos uma crise com dois aspectos econômicas e políticas, importante ressaltar que a crise não é algo exclusivo para o Brasil, estamos tratando de uma crise de nível mundial. Camargo et al. Aponta que a crise do capitalismo global é marcada por diversos acontecimentos ligados a economia, países como Grécia e Portugal atingiram toda União Europeia, em 2008 a crise também atingiu os EUA, que mesmo com a intervenção do Estado, não conseguiu evitar que bancos quebrassem.

Não diferentemente de outros países ligados ao sistema capitalista, as causas da crise brasileira também se dão pela redução do crescimento econômico e com o aumento da inflação, além da contribuição da crise política que o país vivência, influência diretamente para o corte de investimentos de políticas sociais e públicas conquistadas até os dias atuais, onde segundo a revista Carta Maior toda a área social e mercado de trabalho hoje são alvos de cortes, resultando em privatizações e precarizações no atendimento a população. Assim como tem acontecido com o Sistema Único de Saúde que tem sofrido fortes investidas para seu sucateamento e em seu desmonte (CFESS, 2015).

Viana e Silva (2015) apontam que a área social tem caminhando para um modelo de privatização com dificuldades nas manutenções dos direitos sociais consagrados em Constituição Federal, a concretização nos levava ao retrocesso, de baixa integração da política social e a econômica que implica ainda segundo os autores em:

[...] revisão da política de valorização do salário mínimo, redução dos investimentos públicos em serviços sociais, redução da população coberta pelas políticas de garantia de renda, com estagnação/redução no valor dos benefícios, e fortalecimento das políticas sociais focalizadas. (VIANA; SILVA, 2015, s/p)

O que denota uma fragilidade da área social no Brasil, precarização, falta de investimentos e recursos, que estão relacionados diretamente com políticas, programas e projetos, que o caso da PNAD que será penalizada diretamente com essas mudanças.

Outros desafios presentes na atualidade é a representação do conservadorismo em figuras políticas, como é o caso do então Ministro do Governo Temer que é o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) do governo interino, Osmar Terra (PMDB-RS). Ele é o autor de um projeto que propõe o

aumento da pena para tráfico e internação compulsória de dependentes (CARTA CAPITAL, 2016). A manifestação do então ministro não é uma novidade dentro deste debate, “*Crítico ferrenho da descriminalização do uso de drogas, ministro do Desenvolvimento Social e Agrário usa seu poder para frear avanços*”. (CARTA CAPITAL, 2016).

O mesmo é também um crítico do processo de descriminalização das drogas, além de argumentar que o CONAD, estaria dominado por uma ideologia de legalização, gerando mudanças no órgão. A influência do então ministro sobre o avanço acontece uma vez que assim como o CONAD a SENAD, também estar subordinada ao então Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Posicionamentos e pensamentos que geram uma preocupação para o desenvolvimento da Política Sobre Drogas no Brasil, diante de todos os avanços nítidos já conquistados, sejam pela ciência ou social dentro desta temática.

A PEC 241/55 é um projeto de emenda constitucional que propõe congelar as despesas do governo federal em valores reais (corrigidos pela inflação) por um prazo de dez anos, prorrogáveis por outros dez anos (Ministério da Fazenda, 2016) a de fato divergências em relação as consequências da PEC 241/55, para a sociedade brasileira, o site do Ministério da Fazenda aponta que a PEC se faz necessária uma vez que o Estado corre o risco de quebrar, caso nada seja feito, com o aumento das dívidas e aceleração da inflação, o país terá um baixo crescimento consequente a falta de recursos, agravando a pobreza e o crescimento da desigualdade.

Contudo a PEC 241/55 representa nada mais do que outra evidência de que precisamos nos posicionar e estarmos em alerta, pois através de dados do IPEA, é evidente que as consequências irão para além da área da saúde, pois as áreas sociais teriam perdas gigantescas com a aprovação da mesma.

Todo esse processo é traço de um desmonte e sucateamento do Estado e seus serviços, retrocesso de todos os direitos já adquiridos, aprovada ela representará um risco para PNAD com a precarização de muitos programas e projetos que hoje atendem a usuários de drogas e suas famílias, serviços que estão ligados à assistência e ao SUS gerando um atendimento precarizado e um atraso no desenvolvimento e sustentabilidade do país, algo que ocasionará um crescimento da desigualdade social e um caos em muitos serviços que são oferecidos.

4 MÍDIA, FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO OU DE DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS

4.1 Metodologia da Pesquisa: A Opção Teórico-Crítica

O presente trabalho trate-se de uma pesquisa qualitativa, que conforme Gerhardt e Silveira (2009) são procedimentos que não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com aprofundamento da compreensão de um grupo social e uma organização social e etc.

Foi desenvolvida por procedimentos metodológicos e bibliográficos, que sobre o que se concerne a este assunto Gerhart e Silveira (2009. *Apud.* FONSECA, 2009, p. 32) apontam que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

O método utilizado no processo metodológico na elaboração da nossa pesquisa foi à etnografia virtual, que se dá a partir de registros disponíveis na internet, por meio de sites de notícias e blogs, por isso, o modelo de pesquisa utilizado para esse estudo foi à etnografia⁹, pois ela permite práticas,

(...) comunicacionais mediadas por computador recebe o nome de etnografia, ou etnografia virtual e sua adoção é válida no campo da comunicação pelo fato que “muitos objetos de estudo se localizam no ciberespaço”. (MONTARDO; ROCHA, 2005, p.01).

Com base neste modelo de pesquisa realizamos buscas com a proposta de constituir nosso objeto de pesquisa, compreendendo que na atualidade a muitas ferramentas de comunicação que podem ser utilizadas e agregam muito as novas pesquisas que se utilizam deste método, os sites de jornais de comunicação, livros online, artigos disponíveis passaram a se tornar ricos em conteúdo para as produções de pesquisas acadêmicas, pois:

(...) demandam instrumental apropriado para a sua análise. Assim, a partir de um determinado entendimento inicial, observamos a netnografia como estudo de métodos qualitativos que amplia o leque

⁹ Sobre etnografia Amaral (2008) afirma que a etnografia virtual é mais utilizada por pesquisadores das áreas da antropologia e das ciências sociais.

epistemológico dos estudos em comunicação e cibercultura. (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p.35)

Para Mendes et al. (2009) a etnografia virtual é uma nova tendência de método/metodologia em pesquisa que se relacionam com o espaço virtual.

4.2 Fontes da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em sites de repercussão nacional, com buscas mais precisamente em sites que compõe a grande mídia brasileira. Considerando notícias que estavam relacionadas com as palavras chave como- drogas, usuários de drogas, Política Nacional sobre Drogas e mídia, uma vez que essas matérias estão relacionadas com etnografia virtual,

(...) demandam instrumental apropriado para a sua análise. Assim, a partir de um determinado entendimento inicial, observamos a netnografia como estudo de métodos qualitativos que amplia o leque epistemológico dos estudos em comunicação e cibercultura. (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p.35)

O site da BBC (*British Broadcasting Corporation*) que a mídia brasileira se encontra sobre o controle de magnatas e famílias que dominam o monopólio desse setor incluindo a mídia televisiva, onde três deles possuem grande peso. Neste caso o Grupo Globo é um dos maiores grupos brasileiros e mundialmente de comunicação, direcionamos nossa pesquisa ao seu site de notícias o G1 que pertence ao grupo da família Marinho, possuindo 38,7% do mercado, além de possuir rádios, jornais e revistas, enfatiza o site BBC Brasil. sendo assim escolhido para coleta de matérias que subsidiaram a pesquisa.

Os critérios para escolha das matérias foram entre elas, matérias que abordassem palavras chaves, drogas, usuários de drogas, política nacional de drogas, sendo excluídas matérias que não tinham conexão com o tema central da nossa pesquisa, foram excluídas também matérias que foram publicadas em período anteriores ao ano de 2010, foram postos enquanto prioridades para pesquisa os anos de 2010 e 2016. Sobre a escolha do ano de 2010 busca-se entender como a mídia tratou assuntos relacionados à temática em um período de alterações com a Lei de nº 5912/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 7426/2010,

regulamentou as competências dos Órgãos do Poder Executivo no que se refere às ações de redução da demanda de drogas. (OBID, 2016)

Regulamentando assim as competências dos Órgãos do poder executivo relacionadas a demanda de drogas no país, a partir daí usaremos a questão comparativa para uma análise de como a mídia aborda a temática em 2016, onde sua escolha se dá por tentarmos compreender de forma mais atual possível. (JÚNIOR, 2007, p.2, *apud.* BEDIX, 1963), afirma que a análise comparativa possibilita uma atividade cognitiva na busca do entendimento de certas regularidades.

Contudo a pesquisa buscou compreender as possibilidades, limites e desafios que a PNAD (Política sobre Drogas) frente à influência midiática, compreendendo de que forma o site G1 durante o ano de 2010 e o ano 2016 abordou em suas reportagens a temáticas drogas, usuários de drogas e a Política sobre drogas no Brasil. Foram selecionadas do ano de 2010 o número de 14 matérias que estavam relacionadas com o objeto de estudo (Figura 1) através da estratégia de busca utilizada, dos quais foram identificadas como possivelmente relevantes e escolhidos para análise, pois os mesmos atendiam aos critérios de inclusão.

Tabela 1. Matérias encontradas de acordo com as bases de dados e descritores.

Ano	Títulos das Matérias no ano de 2010
02/11/10	1. Maconheiras de salto alto, lutam pela legalização da maconha na Califórnia.
12/11/10	2. Estudo rejeita ligação entre droga contra acne severa e suicídio
22/06/10	3. Brasil tem mais de 86 mil presos por tráfico de drogas
18/12/10	4. Cidades na rota do tráfico estão fora de programa federal para segurança
25/07/10	5. Fantástico registra guerra contra narcotráfico no México e no Brasil
06/06/10	6. PM registra prisões por furto e tráfico de drogas na Parada Gay
16/12/10	7. Um em quatro estudantes já usou drogas ilícitas, aponta estudo.
08/06/10	8. Epidemia de crack está fora do controle, adverte especialista
08/11/10	9. Polícia de Israel prende família brasileira por trafico de drogas
25/08/10	10. Lindsay Lohan terá de fazer testes para detectar uso de álcool e drogas
07/09/10	11. Drogas prescritas matam mais que arma de fogo', diz Candy Finnigan
21/10/10	12. Britânico será cobaia de nova droga contra câncer no cérebro

09/08/10	13. Novo antiviral aprimora tratamento contra hepatite C, diz estudo.
31/10/10	14. Leia integra o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff

FONTE: Dados da pesquisa.

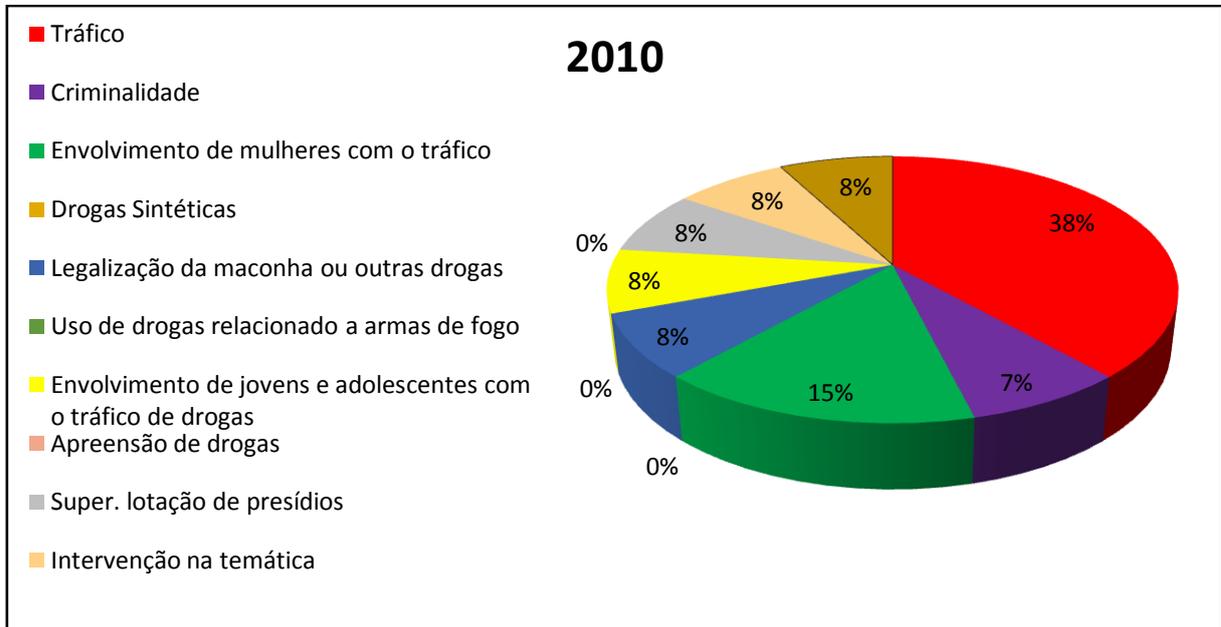
Já no ano de 2016, foi selecionado o número de 25 matérias até o mês de novembro do mesmo ano (**Tabela 2**).

Ano	Títulos das Matérias no ano de 2016
07/10/16	1. Operação da polícia civil contra o tráfico de drogas prende 13 pessoas
23/06/16	2. Réu primário que trafica drogas não comete crime hediondo, decide STF.
15/09/16	3. Irmãs que guardavam drogas para distribuição e Manaus são presas.
25/09/16	4. SP tem prisão recorde de drogas e celulares em presídios, diz secretaria.
25/10/16	5. Homem é preso com drogas em mala dentro de ônibus na Fernão Dias
17/10/16	6. Suspeitos de tráfico de drogas são detidos em Santa Luzia, na Grande BH.
04/07/16	7. Polícia prende traficantes no Ceará com nova droga enviada da China.
09/09/16	8. Mais de quatro toneladas de drogas são incineradas em Sergipe
15/09/16	9. Polícia apreende 53 tabletes de droga dentro de caminhão de mudança
29/19/16	10. Mulher é presa com munição de uso restrito e drogas em Passos, MG
05/08/16	11. Mulher é presa em fortaleza suspeita de repassar drogas para clientes
18/08/16	12. Número de mulheres flagradas com drogas em presídios quase dobra
01/11/16	13. Polícia apreende 30 kg de maconha em carro e prende dois na Paraíba
27/07/16	14. Adolescente tenta vender drogas para policial à paisana e é detido
30/06/16	15. Flip: Caco Barcelos e Misha Glenny defende a legalização das drogas
31/08/16	16. Grávida e adolescentes são detidos por tráfico de drogas em Boituva
14/08/16	17. Adolescente de 14 anos é detido por tráfico de drogas em Cruzeiro SP
10/04/16	18. Drogas sintéticas são potencializadas em laboratório e desafiam autoridade
01/11/16	19. Motorista é preso com 12 tijolos de maconha após bater em carro da PM
07/04/16	20. Fantástico percorre submundo das “drogas”, criadas para burlar a lei
01/11/16	21. Polícia Civil apreende drogas no Bairro Santa Cruz em Janaúba
02/11/16	22. Ações promovem da beleza a usuárias de drogas da Cracolândia
31/10/16	23. Polícia encontra pés de maconha em área de preservação em Hortolândia
29/08/16	24. Militares presos transportando drogas não eram alvo de investigação
09/09/16	25. Novas drogas sintéticas usadas por jovens são identificadas em SP

FONTE: Dados da pesquisa.

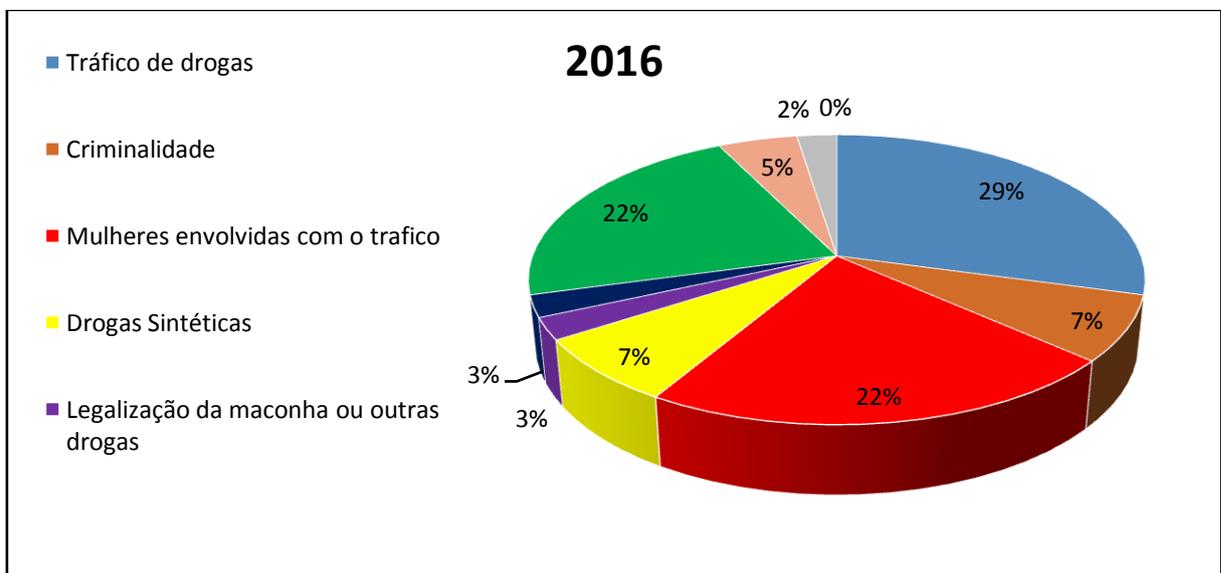
As matérias publicadas e criteriosamente escolhidas foram utilizadas para compor o gráfico que apresente os subtemas que mais foram discutidos relacionados com o tema central da pesquisa.

Gráfico1. Os gráficos abaixo apontam os assuntos mais abordados nos anos de 2010 dentro da temática central da nossa discussão



FONTE: Dados da pesquisa.

Gráfico 2. Gráfico representa os temas abordados no ano de 2016 sobre a temática central do nosso tema.



FONTE: Dados de pesquisa.

Depois de identificado as matérias publicadas nos sites dos anos de 2010 e 2016 e criteriosamente escolhidas, as mesmas foram utilizadas para compor a discussão do presente estudo que faz parte do resultado da discussão.

4.3A MÍDIA FRENTE À PROBLEMÁTICA DAS DROGAS

A análise dos resultados da pesquisa compõe parte do método qualitativo mencionados no ponto 3.1, onde foram selecionadas ao todo trinta matérias que estão relacionadas ao tema central do objeto estudado desta pesquisa, são quatorzes do ano de 2010 e 25 matérias do ano de 2016 que foram publicadas até o mês de novembro do mesmo ano, após serem selecionadas o passo seguinte foi à análise em todos os dados e em seguida a exploração do material.

Primeiramente identificamos aquilo que foi abordado pela mídia em 2010 e 2016 e os principais temas que se estavam ligados de alguma forma ao tema central “Drogas”, no ano de 2010 as matérias publicadas pelo site G1 estavam ligadas aos seguintes assuntos;

ASSUNTOS ABORDADOS EM 2010

- ✓ Tráfico de drogas
- ✓ Envolvimento de mulheres, jovens e adolescentes com as drogas.
- ✓ O uso de drogas relacionando com armas de fogo
- ✓ Superlotação de presídios
- ✓ Criminalidade
- ✓ Legalização da maconha
- ✓ Apreensão de drogas e Drogas sintéticas
- ✓ Intervenção sobre a problemática

Já durante o ano de 2016, seis anos após o primeiro levantamento, as matérias vinculadas pelo G1 estiveram ligadas a temas como;

ASSUNTOS ABORDADOS EM 2016

- ✓ Tráfico de drogas
- ✓ Envolvimento de mulheres, jovens e adolescentes com as drogas.

- ✓ O uso de drogas relacionando com armas de fogo
- ✓ Superlotação de presídios
- ✓ Criminalidade
- ✓ Legalização da maconha
- ✓ Apreensão de drogas e Drogas sintéticas
- ✓ Reinserção de usuários de drogas

Em confronto com os dois anos podem ser considerados que ambos abordaram assuntos com conformidade, em alguns casos de forma diferenciada, outros com mais intensidade, por exemplo, a questão do tráfico foi abordada midiaticamente 7 (sete) vezes mais do que em 2010, assim como outros assuntos que passaram a serem vistos com mais frequência nas notícias publicadas, tais como o envolvimento de mulheres, jovens e adolescente com as drogas e o tráfico *“O crescimento da população carcerária feminina pode ter relação direta com o aumento no número de casos, e prisões, por tráfico de drogas”*. (GLOBO, 2016)

Outro ponto importante que podemos destacar é que em algumas matérias entre as selecionadas, foi possível encontrar com frequência a cerca do crescimento do envolvimento de mulheres, jovens e adolescentes com o tráfico de drogas, as matérias relacionadas aos dois primeiros temas apresentados, pode chamar atenção da sociedade e do poder público uma vez que representam o possível surgimento de uma nova demanda social necessitando de mais atenção, indagações principalmente o porque esse aumento e a relação das mulheres com o tráfico de drogas e a criminalidade.

Sobre ascensão do consumo de álcool e outras drogas é pertinente refletir a participação da mídia para este crescimento, uma vez que ela é uma ferramenta que influencia no consumo de drogas lícitas, por meio de comerciais de cerveja e outras bebidas alcoólicas onde se torna uma ferramenta que funciona para impulsionar diversas faixas etárias a consumirem mais, sendo assim atraídos pelo grande marketing que utiliza a moça de biquíni, os jogos de futebol, e grandes nomes da teledramaturgia e musica brasileira como ferramentas para alavancar suas vendas. Um das diretrizes da legislação e Políticas Públicas sobre Drogas Brasil propõe que deve haver:

Art. 2.2.7. a criação de taxas específicas para serem arrecadadas em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) sobre as atividades da indústria de bebidas alcoólicas e do tabaco, para financiar tratamento, recuperação, redução de danos e reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e familiares. (BRASIL, 2011, p.09).

Outra reflexão que pode ser feita dentro da temática, é que a legislação propõe em suas diretrizes a reparação de danos sociais causados pelo consumo do álcool e outras drogas, tais como recuperação, tratamento, redução de danos e reinserção social e ocupacional e ao mesmo tempo a mídia vende em sua grade de programação, sites e revistas um incentivo ao consumo dessas substâncias. Há um paradoxo nisto, aqui uma sociedade que tenta reparar consequências, toda via os danos causados são bem maiores chegando a casos inseparáveis.

Outro tema bastante abordado foi às relações entre o crime e o tráfico de drogas, a comercialização e as novas drogas sintéticas que surgiram nas notícias do G1, outros assuntos que repercutiram foram acerca da apreensão de droga e a sua relação com o crime e a comercialização de drogas sintéticas.

Já assuntos que estavam ligados à reinserção de usuários, superlotação de presídios, intervenções realizadas, programas e projetos voltados à temática de droga, embora tenham uma grande relevância para sociedade, quase não foram abordados nas reportagens do site.

O número de matérias que surgiram ligadas a drogadição podem não ser algo de grande relevância para muitos, todavia deve ser encarada com mais criticidade sobre o que expressa, e pode representar uma problemática presente ou futura, além de estar produzindo uma reflexão de como a grande mídia brasileira traça o perfil de usuários e o uso das drogas na sociedade contemporânea, é perceptível também que a questão de uso de substâncias psicoativas são apresentadas muitas vezes pela mídia como uma questão moral e policial, assim afirma a revista Mídia & Drogas.

A imprensa é uma ferramenta de disseminar informações, é comprovado que ela possui influência na tomada de decisões e na formação de opinião da sociedade que em muitas vezes o tem como única fonte de informação. Durante a análise foi identificado várias vezes que não há uma clareza do que define a prisão por tráfico de drogas, onde os mesmos são postos no mesmo patamar.

Polícia apreende 30kg de maconha em carro e prende dois na paraíba, dupla estava com droga dentro de carro em João pessoa, PM apreendeu em 15 dias cerca de 60kg de drogas na Zona Sul. (GLOBO, 2016).

Em algumas matérias faltava clareza sobre a diferenciação entre usuário, traficante ou dependente, a citação a cima é o titulo de uma matéria onde diz que a polícia prendeu 30kg de maconha em um carro, em seguida uma outra reportagem diz que um “Adolescente é detido por tráfico de drogas em Cruzeiro, SP, polícias encontraram com ele pedras de crack e trouxinhas de maconha” levamos em consideração de que talvez não seja esse o papel do site, de esclarecer as deferências entre uso, tráfico e dependência e sim apenas noticiar o ocorrido, é certo que a própria (Lei nº 11.343/2006) deixa uma lacuna por não especificar, nem deixa critérios sobre a definição entre uso e tráfico, mesmo quando está sobre os pressupostos da PNAD, onde rege-se que deve “*Reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.*” (BRASÍLIA, 2011, p.11) Quando se agrupa e não se diferencia, a mídia contribui para o fortalecimento dos tratamentos desiguais e iguais na injustiça que geram discriminação de usuários e dependentes.

Em outro caso umas das matérias do ano de 2010 tinha por título “*Maconheiras de salto alto*” lutam pela legalização na Califórnia, a priori a impressão que se tem é que é uma reportagem com caráter preconceituoso, mas pelo contrário trata-se de uma,

Campanha pela legalização da maconha na Califórnia que ganhou o apoio de mulheres bem-sucedidas dispostas a mudar o estereótipo normalmente ligado aos usuários da droga. Chamadas de *stiletto stoners* ou “maconheiras de salto alto”. (GLOBO, 2016).

O titulo apenas reproduz a forma que as mulheres adotaram para lutar por seus direitos, por outro lado a reprodução de estereótipos e estigmas é algo comum quando se trata desta temática, em algumas das reportagens encontradas foi possível identificar termos dos quais reproduzem a discriminação, criminoso, viciados, bandido, foram apenas alguns dos encontrado: “A polícia também disse que ela tinha um site, em que atendia clientes de alto poder aquisitivo viciados em cocaína. Mulher é presa em Fortaleza suspeita de repassar drogas para clientes”. (GLOBO, 2016).

Ainda nesta mesma linha de análise a revista Mídia & Drogas, afirma que o uso de drogas não é analisado de forma macro, muito menos relacionado com

outros aspectos sociais, como questão cultural, socioeconômica e etc. Os textos jornalísticos associam em muitos casos o uso de drogas a violência, e a mesma cobertura é dada somente ao que é cometido pelo o usuário, onde se omite que este mesmo tem seus direitos violados, seja pela família, estados e pela sociedade. (MÍDIA E DROGAS, s/a, p.17).

Falas como as que estão nas matérias do G1 acabam sendo reproduzidas pelos leitores, e assim sucessivamente, indo encontra ao que concerne a outro pressuposto da Política Nacional sobre Drogas que é *“Tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas”*. (BRASIL, 2011, p.13).

O perigo dos estigmas e estereótipos que estão estampados em sites, revistas e jornais e se reproduzem por seus leitores, segundo Freitas apud. (2014) é que ao ter a percepção do que estar ocorrendo o usuário sente-se desencorajado a buscar serviços de tratamento na tentativa de não ser visto como parte daquele processo, podendo também a passar a concordar com a visão negativa e pejorativa que a sociedade tem sobre ele, as consequências deste processo são prejudiciais, envolvem usuários sua saúde e o meio social em que convive.

Embora termos identificados o agrupamento de usuários e traficantes nas matérias, uma delas nos chamou a atenção no site G1 uma matéria do dia 28 de agosto de 2016, onde relata que:

Figura 1. Militares foram presos transportando três toneladas de maconha.



Já na figura número (2) temos o caso de sete traficantes que foram presos com mais de 75 quilos de entorpecentes apreendidos, a contradição das matérias apenas está nos títulos, são matérias com 24 dias de diferença, onde o senso de

justiça moral parece ter limites e apenas trata como “bandidos” e “traficantes” alguns nesta sociedade, seja por etnia, classe ou prestígio social.

De fato a uma dualidade entre os discursos e os seus interesses através do que é publicado e divulgado pelos meios de comunicação, quando a mídia é utilizada de forma correta, é responsável por gerar conhecimento e promover um debate produtivo no que se refere ao que vem sendo discutida neste projeto, contudo a análise compreende que o fortalecimento e efetivação da PNAD são dificultados pela influência que a mídia exerce desconstruindo aquilo que muitas vezes é traçado por logo prazo para a redução da oferta e demanda de drogas na sociedade, assim como o rompimento de estigmas e preconceitos sofridos por usuários.

Souza (2008) afirma que a informação é a base do processo de comunicação, quando distorcida ela fica comprometida, feita de forma errônea induz a sociedade a pensamentos precipitados sobre o tema, quando apresentado como “criminoso” o usuário sujeito a discriminação, quando se apresenta o “vício” logo se associa que este irá roubar e matar para manter o mesmo e logo estará ligado ao tráfico de drogas. Podemos identificar que a imprensa age pelos seus interesses, se apresentando enquanto aquela que revela denúncias, porém erra ao não problematizar as informações, algo que gera aos receptores o conhecimento de uma verdade verossímil dos fatos.

Diante deste contexto que exige uma análise mais precisa de como mídia expressa as “drogas” e o seu uso, uma abordagem que seja ampla em suas visões que possibilite um conhecimento maior por parte do seu receptor, jamais um conteúdo que seja subsidiado por enfoques policiais, poderá reproduzir algo para além do preconceito a usuários e dependentes, assim como o desrespeito a o que está pautado na PNAD, conclui-se que nossa mídia precisa estar pautada sobre direitos, mas precisamente Direitos Humanos garantindo assim a inviabilidade de direitos fundamentais a usuários e a sociedade como um todo.

4.4 Mídia e Questão Social: Uma Relação Possível

O que desejamos contemplar neste tópico é a cerca da relação entre mídia e questão social, uma vez que a mídia é um forte instrumento de influência na sociedade e é onde muitas vezes se debate as expressões da questão social que se

dissemina entre violência, uso de drogas, prostituição, trabalho infantil, aborto, violência familiar, desigualdade social, homofobia e gênero entre outros. Entende-se por mídia conforme Fonseca (2011, *apud.* EAGLETON, 1991) que são meios de comunicação que possuem mensagens e recepções, das mais diversas formas, mídia são formas de comunicação que tem sua inauguração durante o século XIX, no mundo ocidental moderno (meios de comunicação e massa) conforme Sales (2009).

Compreendemos que mídia são formas de comunicação e ferramentas usadas para transmissão de alguma informação, podendo ser um único meio ou muitos meios que transmitirão para leitores, telespectadores e ouvintes. A internet, televisão, cinema, rádio, jornal, revista, teatro, dança e imprensa são componentes desse processo de informação, sendo os meios pelos os quais a mídia se utiliza para que suas informações se propaguem aos seus receptores.

Com a modernização as novas mídias ocupam um novo espaço (rádio, televisão, internet) na atualidade, elas se apresentam como uma nova forma de alcance de massa, onde propagação da informação é mais rápida, é a globalização dando aos meios de comunicação um novo espaço. (MISLEH, *Apud.* CASTELLS, 2008) aponta a mídia eletrônica como um espaço de debate privilegiado para a política, não sendo o seu limite, porém importante para se exercer o poder político.

O outro ponto de abordagem do nosso tópico é a cerca da questão social, onde temos uma concepção ampla dentro do serviço social que é de Iamamoto e Carvalho quando classifica que a questão social;

Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.77)

Entendemos, portanto que a “Questão social” tem sua origem expressa na contradição do modo de produção capitalista, que é gerada com a apropriação de riquezas produzidas na sociedade, onde um grupo de base “capitalista” torna-se detentor das riquezas produzidas pelos trabalhadores, e estes não conseguem se beneficiar daquilo que produz.

Machado (s.d.) conceitua que essa apropriação é responsável por gerar a desigualdade do produto social, e que é diversificada nos seus reflexos sociais, tais como, analfabetismo, violência, favelização, consumo de drogas, fome e etc., criando “profissões” frutos da desigualdade que são impostas e produzem uma miséria da qual não se escolhe, são estas expressões que estamos acostumados e aparentemente conformados ao vermos diariamente nas formas de se fazer mídia e comunicação na sociedade contemporânea, e são reproduzidas por um jornalismo com caráter sensacionalistas que tem se tornado uma febre nas últimas décadas, e chamando muita atenção. (DICIO, 2016)

Diante deste panorama buscamos refletir sobre que relação existe entre os temas apresentados, compreendendo o papel da mídia nesta discussão, como já citado a cima ela é uma ferramenta de disseminação de informação seja positiva ou negativa, possuindo uma capacidade inquestionável, a exemplo da “primavera árabe” (2011) onde os meios de comunicação, mais precisamente mídias sociais foram cruciais para que regimes políticos fossem depostos, pela revolta de uma população sem perspectiva de vida e cansada da opressão (MUDORAMA. NET) a mídias sociais foram as armas que muitos jovens, população que possui um maior acesso a redes sociais, utilizaram para convocação da sociedade as ruas a protestarem contra esses regimes e os derrubarem, a primavera Árabe;

Trouxe muitas surpresas, porém, muito mais importante que isso, são as lições tiradas desta situação. Em um mundo cada vez mais globalizado, as experiências vividas em qualquer país servem de referência para o mundo inteiro. (MUDORAMA, 2016).

Assim como no processo de destituição de governos no Oriente médio, a mídia se tornou um objeto de contribuição no processo de discursão de políticas e outros temas de interesse público, Sales (2009) aponta que nas sociedades contemporâneas os meios de comunicação se tornaram partes constituintes da esfera pública, rompendo barreiras nacionais pela sua capacidade de projetar temas e polêmicas sobre o cenário mundial causando sobre estes impactos políticos e sociais, uma vez que os mesmos integram conglomerados econômicos nacionais e multinacionais.

A mídia é uma forma de poder nas sociedades, seu papel em debates é extremamente significativo, influi na formação das agendas públicas e governamentais, intermedia relações sociais e ainda influencia sobre a opinião

pública (FONSECA, 2011, *Apud.* CAPELATO, 1988); neste contexto ao se referir de suas implicações em assuntos de interesse entre governo e sociedade civil, é evidente que os meios de comunicação expressam suas contribuições e interferem na formação de opinião das pessoas, sejam para defesa, condenação, comoção e promoção de assuntos com repercussão social.

A despeito disso, CA (2009) aborda como exemplo a proposta redução da maioria penal, que é uma discussão dividida entre dois lados, onde favoráveis que visam jovens e adolescentes como criminosos e os contrários a redução que compreendem estes enquanto vítimas de um sistema desigual e criminalizado, neste debate crimes de grande repercussão foram usados em destaque por alguns meios de comunicação, reforçando e subsidiando para que houvesse então a aprovação da redução da maioria penal. A sociedade diante de tal esforço midiático e consequentemente de interesse de alguns parlamentares, acaba comprando a ideia posta pelos meios de comunicação que dizem que “esta” ou “aquela” solução é a correta fazendo e se torna responsável causando:

O "clamor social" em relação ao jovem infrator, como dissemos, emerge da ideia de que nada acontece a ele quando autor de ato infracional. Para os deputados que criticam o Estatuto, a instauração efetiva do ECA não "*enfrenta*" a questão dos crimes praticados por jovens. (MÍDIA E POLÍTICA, 2016).

O autor ainda aponta em sua pesquisa que nesta discussão dois meios de comunicação Revista Veja e Folha de S. Paulo, ambas no ano de 2003, foram importantes nas tomadas de decisões influenciando na opinião pública e sobre a Câmara de Deputados, determinadamente para que parlamentares apresentassem projetos e para que outros se posicionassem contra, assim também para que ocorressem mudanças nas agendas políticas e públicas.

Cabe citar Ruiz (2009) quando exemplifica que umas das maiores redes de comunicação no Brasil, a Rede Globo de televisão, é responsável por influenciar diferentes governos e agir distorcendo fatos relacionados a movimentos sociais no Brasil, rendendo-lhe palavras de ordem e manifestações, entre as mais conhecidas estão “Fora Rede Globo, o povo não é bobo” expendo as reais intenções da emissora.

Sobre estes exemplos entendemos que os meios de comunicação desenvolvem papéis importantes para discussão da questão social podendo

representar aquilo que chamamos de “gás” para mobilizações, convidando os atores (políticos, sociedade, movimentos sociais, sindicatos, conselhos e etc.) a refletirem e agirem diante das demandas levantadas e apresentadas.

Vale destacar uma contribuição dada por Rocha quando diz que existe uma importância que a mídia tem enquanto elemento que interfere na vida social, e na formação de sua identidade, e que ela não deve ser considerada por imparcial e isentas de valores que aparecem na sociedade (2009, p.266). Ele explica que os meios de comunicação não só no Brasil, mas em boa parte do mundo estão nas mãos de pequenos grupos “detentores do poder” e isso implica bastante sobre o que é noticiado por eles, implica também nos seus valores e interesses comerciais e a que tipo de sociedade se defende. A Globo no Brasil, detém o monopólio de comunicação e sua grade de programação influi muito na forma de como a população se comporta.

Os órgãos da mídia são empresas capitalistas de comunicação, que, dessa forma, objetivam os lucros (em pouquíssimos casos há órgãos estatais ou públicos). Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos bens e serviços comuns. (FONSECA, 2011, p.46)

Desta forma o autor aponta que a forma da qual se faz comunicação se encontra ligada obviamente na formação de opinião, há uma balança de equilíbrio necessária feita pelos meios de comunicação entre a influência de seus consumidores, anunciantes e a precisa relação com o Estado, à mídia em si, não se sustenta sozinha, e sobrevive de grandes captações de recursos que estão em conformidade com o capitalismo e os seus interesses difundidos dentro do que se propaga midiaticamente. Sales (2009) ressalta que a imprensa brasileira vive dois lados em seu papel social, entre a veracidade e sua ideologia, e que o verossímil é muitas vezes apresentado como absoluto, isso resulta também na manipulação de dados, absorvendo acusados e jogando inocentes, uma inversão de valores.

A dualidade desta relação entre mídia e questão social, nos leva a pensar se de fato é possível, porém existe uma indispensabilidade de ser pensada sobre a forma da qual se faz mídia na atualidade, atentando sempre que a mídia está ligada aos interesses do capital e de seus investidores, e isso deve ser sempre refletido sobre a forma como se apresenta as mais diversas expressões da questão social e

suas consequências para a sociedade, na forma como se debate assuntos conflituosos, de grande repercussão e que reflete o que está por trás e que princípios estão sendo defendidos em alguns momentos. “Uma sociedade que tolera ser tratada por uma imprensa, “desonrada” e por um bando de “animadores” cínicos, portadores de nome de artista, tende para a escravidão”. (SALES, 2009, *Apud. CAMUS*, p.63).

Em nossa sociedade, com atual conjuntura do país, devemos nos tornar mais críticos e estarmos atentos a não receber tudo que é nos apresentado, de forma pacífica, cabe à sociedade ficar atenta ao que se refere à mídia e esfera pública uma vez que influencia nas tomadas de decisões na sociedade, política e economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo realizado na construção e elaboração deste trabalho possibilitou uma reflexão maior entre as relações da mídia e a questão social e mais especificamente entre a mídia e a drogadição. O principal questionamento foi “Política Nacional sobre Drogas, avanços, possibilidades e desafios frente à influência midiática” possibilitando a compreensão sobre a forma que a mídia apresenta à problemática, relacionando o uso de substâncias psicoativas e os usuários de drogas.

Foi possível atingir todos os objetivos propostos durante a pesquisa ao analisarmos os dados disponíveis no site do G1, os mesmos estavam relacionados ao eixo central do trabalho, matérias que foram publicadas no ano de 2010 e 2016, que por sua vez possibilitaram conteúdos atuais e um suporte maior, enriquecendo o conteúdo e ampliando as possibilidades previstas.

Foram identificadas em todo o processo de análise assuntos que tomaram maior proporção em 2016 do que o ano de 2010, alertando assim para o surgimento de uma nova problemática da atualidade, que buscam uma maior atenção entre sociedade e estado para o seu enfrentamento. Por outro lado, identificamos também a ausência de uma maior clareza acerca das apreensões de drogas e “traficantes” que foram feitas em ambos os anos citados. A mídia se apresentou em alguns casos de forma pacífica e apenas como instrumento de informação e disseminação dos fatos ocorridos, todavia foi perceptível o uso de expressões que reforçam a estigmatização e o preconceito entre usuários e dependentes, além da falta de informação sobre o que diferencia estes dos traficantes, indo de encontro à Política Nacional sobre Drogas e suas diretrizes e fundamentos.

A relação entre mídia e as expressões da questão social ponha-se em posição de confronto uma vez que a mídia possui seus interesses e atende aos interesses do capitalismo, o consumo de drogas também estar relacionando com a influência midiática, através dos grandes comerciais que custam muito a empresas, mas trazem resultados ainda maiores de lucro, assim como o aumento do consumo entre diferentes segmentos da sociedade.

Para reflexão desta pesquisa foi fundamental o subsídio dado pelos mais diversos autores e seus posicionamentos acerca de cada busca realizada, tais como Miione Sales, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Marilda Vilella Iamamoto, Luciana Boiteux entre outros, juntamente com o auxílio de revistas e artigos publicados e a contribuição da legislação sobre drogas, possibilitando toda compreensão do problema aqui discutido e a análise da pesquisa.

Para a elaboração e análise desta pesquisa não tivemos grandes dificuldades, uma vez que todo material estabelecido para análise estava disponível em website (G1) e de fácil acesso, sendo posteriormente selecionado e de forma sistematizadas agrupadas para as leituras que dariam base ao que se buscava. Consideramos, sem dúvidas que o grande "facilitador" durante todo o transcurso do trabalho do trabalho de conclusão de curso se deu pela metodologia a etnografia virtual, por ser um campo vasto e rico de informações no que concerne a pesquisas na contemporaneidade.

O desenvolvimento da pesquisa nos permitiu enquanto pesquisadores uma articulação maior com a temática e um maior conhecimento entre a prática do Assistente Social na área de comunicação social uma vez que há uma grande dificuldade entre ambas as áreas, ficando evidente durante toda pesquisa que tanto a área da drogadição quanto midiática são áreas de atuação do profissional e de grande relevância na sociedade vigente.

Destaca-se aqui a possibilidade de trazer uma contribuição acerca de dois momentos históricos em que o Brasil vive, acerca da crise econômica e política e a aprovação da PEC 241/55 sendo fundamentais neste debate uma vez que ambas diminuem investimentos e geram cortes em políticas e programas, refletindo diretamente sobre a PNAD e seus avanços.

Assimilando os dados levantados para a pesquisa e as informações extraídas através da análise de dados, foi possível corroborar o que havia sido levantado enquanto pressuposto sobre o estudo, a pesquisa possibilitou a confirmação de que a mídia brasileira "G1" tem abordado a temática em muitas vezes apenas como canal de informação, porém deixando de esclarecer pontos importantes capazes de elucidar a temática, fortalecer a Política Nacional sobre Drogas e auxiliando a quebra de estigmas e estereótipos, assim como o rompimento de tabus gerados sobre a discussão.

É pertinente pontuar os principais aspectos encontrados durante a análise desta pesquisa, que viabilizam uma melhor compreensão sobre de que forma a PNAD é afetada pela influência midiática:

- ✓ Envolvimento de mulheres, jovens e adolescentes com o tráfico de drogas;
- ✓ Possível surgimento de novas demandas sociais;
- ✓ Contradição entre a vinculação de comerciais e as diretrizes da legislação de Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil;
- ✓ Relação entre drogas e o crime;
- ✓ Drogas vistas como uma questão moral e caso de polícia;
- ✓ Falta de clareza e elucidação sobre uso, tráfico e dependência;
- ✓ Interesse pela legalização da maconha;
- ✓ Reprodução de estereótipos e estigmas;
- ✓ Dualidade entre mídia e os reflexos da questão social no Brasil.

Conclui-se por fim que a Política Nacional sobre Drogas, há muito que enfrentar, uma luta que envolve usuários e sociedade para que não seja desconstruído tudo o que já foi conquistado, para que não haja mais retrocessos.

Todo o processo de manipulação e interferência midiática sobre a tomada de decisões e a forma como uma sociedade pensa, muitas vezes acontecem de forma sutil e aparentemente imparcial, através da pesquisa foi possível identificar títulos, trechos e frases, que expressam aquilo que a sociedade em muitas vezes reproduz sobre a temática, os estereótipos e estigmas, criminalização e repressão ao uso de substâncias psicoativas.

A sociedade contemporânea tem uma forte influência da mídia, que por sua vez compõe um dos principais fatores na formação da opinião pública e é uma fonte de informação e de construção de ideias, assim como identificamos no nosso estudo, a mídia reproduz uma impressão, de que a relação das substâncias psicoativas e a sociedade tornam-se um caminho sem retorno ou controle, além da marginalização e todo o alarme negativo que é dado a essa discussão em tom pessimista e criminalizado. Os maiores problemas das drogas estão relacionados as drogas lícitas, onde a mídia ainda vincula, mesmo que com restrições.

Por fim, pode parecer utópica a ideia, mas no âmbito deste TCC e contraditoriamente ao observado como resultado da pesquisa, considera-se o caminho ideal que a mídia se constitui como ferramenta potente a fim de prezar pela igualdade e garantia de direitos, fortalecendo assim a PNAD e rompendo com estereótipos dos quais ela mesmo reproduz e fortalece.

REFERÊNCIAS

AMBITO JURIDICO. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4530>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

ARAUJO, R. B.; OLIVEIRA, M. D. S.; PEDROSO, R. S.; MIGUEL, A. C.; CASTRO, M. D. G. T. D. **Craving and chemical dependence: concept, evaluation and treatment.** *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57(1), 2008.

ARTIGO: A PEC 241 E A REVOLUÇÃO DO 2+2 = 4. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/sala-de-imprensa/artigos/2016/artigo-a-pec-241-e-a-revolucao-do-2-2-4>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2016.

AUMENTA ACESSO DE JOVENS A ÁLCOOL E DROGAS, REVELA IBGE. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/interna_nacionalumenta-acesso-de-jovens-a-alcool-e-drogas-revela-ibge.shtml>. Acesso em: 18 de Setembro de 2016.

BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. **NOTA TÉCNICA - 2016 - SETEMBRO - NÚMERO 28 – DISOC. VIEIRA, Fabiola Sulpino.** 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28589:nota-tecnica-2016-setembro-numero-28-disoc-os-impactos-do-novo-regime-fiscal-para-o-financiamento-do-sistema-unico-de-saude-e-para-a-efetivacao-do-direito-a-saude-no-brasil&catid=192:disoc&directory=1>. Acesso em: 17 de Outubro de 2016.

BOITEUX, Lucina. **Breves considerações sobre a política de drogas brasileira atual e as possibilidades de descriminalização.** Disponível em: <file:///C:/Users/Jefferson/Documents/TCC%20Outubro/3%20top%20cp/boituex_drugas_2010_bol-ibccrim.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 159/1967.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-159-10-fevereiro-1967-373406-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.106, De 17 De Março De 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13106.htm>. Acesso em: 02 de Outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011. p.106.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

BRUNELLY, Viviane; TAVARES, Araújo. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional**. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

CAMARGO, José Marangoni; CORSI, Francisco Luiz; VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). **Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados**. Opin. vol. 15 n. 2 Campinas, Nov. 2009.

CARTAMAIOR - A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FA-politica-social-brasileira-em-tempos-de-crise%2F7%2F35573>>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

CONCEITO DE CRISE. Disponível em: <<http://conceito.de/crise>>. Acesso em: 30 de Outubro de 2016.

CORAL - ANAIS 2012. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/4.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

CORAL - O FENÔMENO DO PROIBICIONISMO INICIA POR INTERESSES PURAMENTE ECONÔMICOS, MERCADO PELA COMPETIÇÃO DOS PAÍSES POR SUA PREVALÊNCIA ENQUANTO PRINCIPAL ECONOMIA MUNDIAL. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/4.pdf>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2016.

DETONI, Márcia. **Guia prático sobre drogas; conhecimento, prevenção, tratamento**. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

DIAS, Maria Angélica Beltrani. **Políticas públicas para o combate às drogas no Brasil**. Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Barbacena – FADI. Curso de Graduação em Direito, 2012.

DROGAS 5 MIL ANOS DE VIAGEM. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-de-viagem/>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

DROGAS: UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNDO. Disponível em: <<http://www.unasus.ufma.br/site/servicos/noticias/28-dependencia-quimica/692-drogas-um-dos-principais-problemas-de-saude-publica-no-mundo>>. Acesso em: 02 de Outubro de 2016.

ESTADÃO - GERAL, AUMENTA ACESSO DE JOVENS A ALCOOL E DROGAS MOSTRA PESQUISA DO IBGE. Disponível em <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,aumenta-acesso-de-jovens-a-alcool-e-drogas-mostra-pesquisa-do-ibge,10000072030>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. n. 6. Brasília July./Dec. 2011.

FONTE, Carla. **Comportamento Aditivos: Conceitos de drogas, Classificações de Drogas e Tipos de Consumo**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-UFP. Disponível em: http://www.ufrgs.br/bibfbc/a_biblioteca/documentos/guia-normalizacao. Acesso em: 15 de Agosto de 2016.

FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de Souza. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento** 9. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Polícias sobre Drogas, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Ana Glauce Campelo. **Morador de rua e drogadição: um estudo sobre a situação de rua dos usuários do centro pop**. Natal/RN, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológico**. 31. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2010.

INTERESSE DA IMPRENSA EM BUSCAR ASSUNTOS QUE PROVOCAM ESCÂNDALOS OU CHOCAM A SOCIEDADE, GERALMENTE DE TEOR FALSO; A PUBLICAÇÃO DESSES ASSUNTOS: HOVE SENSACIONALISMO DA MÍDIA NA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sensacionalismo/>>. Acesso em: 22 de Outubro de 2016.

INTERVOZES. PALESTINA E A BATALHA PELA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/palestina-e-a-batalha-pela-informacao-1304.html>>. Acesso em: 21 de Outubro de 2016.

LOPES, Marco Antônio. **Drogas: Cinco Mil Anos de Viagem.** Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-de-viagem>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2016.

MACHADO, Ana Regina. MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. **Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública.** Hist. cienc. Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro v.14 n. 3, jul./set. 2007.

MUNDORAMA - O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA PRIMAVERA ARABE DE 2011. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

NEIP - A ENCICLOPÉDIA DAS DROGAS E BEBIDAS. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/resenha_henr_isa.pdf>. Acesso em: 26 de Agosto de 2016.

NERY FILHO, A., et al. (orgs.) **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas.** Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 97-112. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN 978-85-232-0882-0. Available from SciELO Books. In. TRAD, S. Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais.

NEUNDORF. Alexandre. **Baudelaire E Os Paraísos Artificiais; A Busca Pelo Jardim De Beleza Verdadeira.** Cultura Histórica do Patrimônio. Vol. 2, n. 1.2013.

NICASTRI, Sérgio. **Drogas; Classificação E Efeitos No Organismo. Texto adaptado do original do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas.** Realizado pela Senado, em 2006.

O GOVERNO BRASILEIRO INVESTIU, ENTRE 2011 E 2014, R\$ 3,6 BILHÕES EM AÇÕES DO PROGRAMA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – Crack É Possível Vencer. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/governo-investiu-em-quatro-anos-r-36-bilhoes-no-combate-drogas-diz-senad>. Acesso em: 18 de Setembro de 2016.

OBID - PESSOAS SUJEITAS A DROGAS E SOCIEDADE. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br/obid/pessoas-sujeitos-drogas-e-sociedade/politicas-e-legislacoes>>. Acesso em: 22 de outubro de 2016.

OBID - POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br/obid/pessoas-sujeitos-drogas-e-sociedade/politicas-e-legislacoes>>. Acesso em: 11 de Outubro de 2016.

OSMAR TERRA E O RETROCESSO NA POLÍTICA DE DROGAS. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/osmar-terra-e-o-retrocesso-na-politica-de-drogas>>. Acesso em: 19 de Outubro de 2016.

PAOLINI Rio. **A História Do Álcool No Brasil.** Abril, 2016. Disponível em: <http://paolini.rio/2016/04/19/a-historia-do-alcool-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de Setembro de 2016.

PECHANSKY, Flávio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos.** Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da UFRGS GREA – Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto e Departamento de Psiquiatria da FMUSP, Hospital das Clínicas de São Paulo.

PIGNATA, Francine Aparecida; CARVALHO, Daltro Oliveira de. **Efeitos Da Crise Econômica No Brasil Em 2015.** In. PIGNATA, F. A.; CARVALHO, D. O. v. 09, nº 2, p. 04-18, JUL-DEZ, 2015. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”.

POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUARIO DE DROGAS. Disponível em: <file:///C:/Users/Jefferson/Downloads/Unidade%2012-%20Políticas%20de%20saude%20para%20a%20atencao%20integral%20a%20usuarios%20de%20drogas.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. **O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução**. Estudos de Psicologia, 2006.

QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em: 20 de Outubro
 RASTELLI, Keila. **Os efeitos do abuso de drogas ilícitas na sociedade** - 2009. Disponível em: <<https://protecaosocial.wordpress.com/2009/09/14/os-efeitos-do-abuso-de-drogas-ilicitas-na-sociedade/>>. Acesso em: 02 Dez. 2015.

REDUO DE DANOS DE PROPOSTAS. Disponível em: <http://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/redua%C3%A7%C3%A3o%20de%20danos%20uma%20proposta%20%C3%A9tica.compressed.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

REDUO DE DANOS. Disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Nepaids/reduo_de_danos.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

RELATÓRIO DA ONU APONTA AVANÇOS NA POLÍTICA SOBRE DROGAS DO BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/relatorio-da-onu-aponta-avancos-na-politica-sobre-drogas-do-brasil>>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

REVISTAS EPOCA. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT818619-1666,00.html>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

RONZANI, Telmo Mota. **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (org.). **Mídia, questão social e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Leandro Andrade dos. **Tendências Da Produção Acadêmica Nacional Sobre O Uso De Drogas E O Ato Infracional Na Adolescência**. Universidade Anhanguera De São Paulo – UNIAN/SP Diretoria De Pós-Graduação “Stricto Sensu” E Pesquisa Programa De Mestrado Profissional Adolescente Em Conflito Com A Lei. 2014.

SILVA, Leonardo V. E. Rueda; MALBERGIER, André; STEMPLIUK, Vladimir de Andrade; ANDRADE, Arthur Guerra de. **Fatores Associados Ao Consumo De Álcool E Drogas Entre Estudantes Universitários**. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Psiquiatria. Rev. Saúde Pública. vol.40. n.2. São Paulo: Apr, 2006.

SILVA, Maria Muniz Marques. **A Questão Das Drogas No Brasil**. Universidade Federal Do Maranhão Programa De Pós-Graduação Em Políticas Públicas. 2007.

SOSSOBREIDADE - SAIBA QUAL É A DIFERENÇA ENTRE VÍCIO E DEPENDÊNCIA! Disponível em: <<http://www.sossobriedade.com.br/2014/04/saiba-qual-e-a-diferenca-entre-vicio-e-dependencia.html>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2016.

SOTTILI, Rogério; ZYLBERSZTAJN, Joana. **Direitos humanos e abordagens aos usuários de drogas**. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/download/artigo_entrelinhas61.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

UNODC - O ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC) IMPLEMENTA MEDIDAS QUE REFLETEM AS TRÊS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE CONTROLE DE DROGAS E AS CONVENÇÕES CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E CONTRA A CORRUPÇÃO. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

UNODC - RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DROGAS DE 2015, O USO DE DROGAS É ESTÁVEL, MAS O ACESSO AO TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA E DO HIV AINDA É BAIXO. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2016.

UNODC. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>. Acesso em: 16 de outubro de 2016.

VARGAS, J. **O homem as drogas e a sociedade: um estudo sobre a (des) criminalização do porte de drogas para consumo pessoal**. 2011.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico. **A política social brasileira em tempos de crise: na rota de um modelo social liberal privado?** Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2015.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2011.